

MESTRADO EM ESTUDOS MEDIEVAIS
[RAMO OU ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO SE APLICÁVEL]

Política Traduzida
A Problemática de Tradução do Infante D. Pedro, Duque
de Coimbra

Tiago Rocha

M

2023/2024



Tiago Rocha

Política Traduzida

A Problemática de Tradução do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo
Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda

e pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023/2024

Aos meus pais

Sumário

Declaração de honra	5
Agradecimentos	6
Resumo	7
Abstract.....	8
Introdução.....	10
1.Da Linguagem, da Tradução e do Tradutor	11
1.1. Da Linguagem	11
1.2. Da Tradução	14
1.3. Do Tradutor	15
2.História da Tradução.....	18
2.1. Antigo Egito	18
2.2. Grécia Antiga	21
2.3. Roma Antiga	23
2.4. Idade-Média	27
3.Traços Da Dispersão Linguística na Corte De Avis.....	29
4.Infante D. Pedro, Duque de Coimbra	43
4.1. Necessidade e Influência	43
4.1.1. Figuras Influentes.....	49
4.2. Zurara e a Questão da Hierarquia	60
4.3. Pretensões Literárias	62
4.3.1. Notas de Tradução	63
4.3.1. D. Pedro e D. Duarte	85
Considerações Finais	90
Referências Bibliográficas	Erro! Marcador não definido.

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 2024

Tiago Rocha

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, cujo apoio foi uma constante fonte de motivação ao longo deste percurso.

Aos meus orientadores, devo um agradecimento especial. A sua orientação, paciência e conhecimento foram essenciais para a realização deste trabalho.

Também quero expressar a minha gratidão aos meus amigos, pelo seu apoio emocional, as palavras de encorajamento e presença constante.

Resumo

Com este trabalho pretendemos colocar a ênfase numa dimensão da vida do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e compreender em que medida as suas obras de tradução fizeram parte do “projeto” de construção de poder que o impeliu à regência. Analisaremos as suas influências, relações e contextualizaremos o ambiente cortesão em que viveu grande parte do seu quotidiano. Analisaremos, também, em que medida o Infante pode ser considerado como um inovador, ou uma continuação da medievalidade.

Palavras-chave: Infante D. Pedro; História da Tradução; Teoria da Tradução; Corte de Avis;

Abstract

With this work, we aim to emphasize a dimension of the life of Infante D. Pedro, Duke of Coimbra, and explore the extent to which his translation efforts were an integral part in his 'project' – the attempt to strengthen his authority which ultimately led him to the regency. We will examine his influences and relationships, contextualizing the courtly environment that shaped much of his daily life. Additionally, we will assess to what degree the Duke of Coimbra can be considered an innovator or a continuation of medieval traditions.

Key-words: Infante D. Pedro; History of Translation; Translation Theory; Court of Avis;

Der Wille zur Macht

Friedrich Nietzsche

Introdução

O Infante D. Pedro é uma figura polarizante na história portuguesa, desde a sua morte na batalha de Alfarrobeira em 1449. Várias são as opiniões quanto à sua atuação, e consequente perfil. Em Rui de Pina, na “Crónica de D. Afonso V”, encontramos um homem atraído; em Gaspar Dias de Landim, “O Infante D. Pedro: Crónica Inédita”, estamos perante um homem traiçoeiro. Oliveira Martins, em “Os Filhos de D. João I”, coloca-o num sólio romântico revestido da glória de um príncipe renascentista. Alfredo Pinheiro Marques, em “A Maldição da Memória do Infante Dom Pedro e as Origens dos Descobrimentos Portugueses”, quase canta a gesta de uma espécie de um campeão do povo e da democracia, condenado ao fracasso pelas forças de um conspirador tirânico. É em Humberto Baquero Moreno, na sua tese de doutoramento, “A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico”, que encontramos uma visão mais moderada do Infante, vendo-o como um mero personagem da sua época.

No quadro cultural, as opiniões relativas ao Infante D. Pedro são mais consensuais, sendo visto como uma figura de incontornável relevo nas letras nacionais. Autores como Joaquim Barradas de Carvalho em “O Renascimento Português: Em Busca da sua Especificidade”, António José Saraiva em “O Crepúsculo da Idade Média em Portugal”, Joseph Piel, na sua edição crítica do “Livro dos Ofícios de Marco Túlio Cícero do qual tirou para linguagem o Infante D. Pedro”, Adelino de Almeida Calado na sua edição crítica do “Livro da Vertuosa Beneficência”, todos realçam, longa ou sucintamente, a relevância do Infante no contexto cultural.

Com este trabalho pretendemos colocar a ênfase na vida do Duque de Coimbra e compreender em que medida as suas obras de tradução fizeram parte do “projeto” de construção de poder que o impeliu à regência. Analisaremos as suas influências, relações e contextualizaremos o ambiente cortesão em que viveu grande parte do seu quotidiano. Analisaremos, também, em que medida o Infante pode ser considerado como um inovador, ou a continuação da medievalidade.

1. Da Linguagem, da Tradução e do Tradutor

1.1. Da Linguagem

A linguagem é como um rio simbolicamente caudaloso que se expande por entre uma constante ondulação, dilatando as suas margens, numa quase demonstrativa personificação da expressividade do seu domínio sobre a terra.

Qual a significação desta pequena comparação simbólica?

Na sua nascente, o rio é algo delicado, mas detém em si a realidade da sua essência, o fluir por entre o leito até ao desaguar na foz, tal como o Homem, cuja mera existência pressupõe a detenção da parte fundamental do seu algo definidor, expresso na capacidade da fala. A constante ondulação por entre a qual o caudal se expande é como a passagem do tempo na qual o intelecto, em contínuo alvoroço, desenvolve todo um conjunto de afluentes que complexificam e robustecem o pensamento. Finalmente, a dilatação das margens representa a colocação da dita complexidade num movimento, numa ação em prol da necessidade duma beleza harmoniosa, proporcionadora da obtenção de um qualquer domínio assente numa base de poder expansiva.

Este é um esboço geral da relação existente entre a linguagem e o Homem, sendo a primeira um dos traços fundamentais do segundo. Algo que o distingue dos demais, conferindo-lhe uma singularidade advinda da racionalidade que o envolve, orienta e domina. A singeleza inicial manifestada numa capacidade que Aristóteles denomina como o “dom da palavra” concedido pela natureza¹, sendo motivo de júbilo, deixa, com o tempo, de ser laureada de glória, em prol duma complexificação que impele para a noção do bem falar, como expresso na retórica do ser, que se encontra imbuído num conjunto social instigador da “troca de palavras”, criadoras da política².

No entanto, o fundador do Liceu escreve, igualmente, que o Homem tem:

¹ ARISTÓTELES - *Tratado da Política*. p.8.

² *Idem, Ibidem*.

“senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do prejudicial, do justo e do injusto, para manifestação dos quais nos foi concedido especialmente o órgão da palavra”³

Ou seja: o processo de complexificação da linguagem leva à utilização desta em prol de algo, um movimento que está sujeito a ponderação moral, isto é, uma dicotomia assente numa base, *grosso modo*, binária que pode ser reduzida à consideração do bom e do mau – condicionante da ação do ser. Todavia, estas considerações devem ser compreendidas à luz da essência do pensamento, como o algo disforme, a luz, a chama inicial que provoca todo este processo materializador.

Não achamos pertinente encetar aqui uma exposição relativa à origem do pensamento, devido à complexidade do tema e sua conseqüente extensão. Digamos singelamente que o surgimento do pensamento, como coisa abstrata e obscura, necessita de uma ordenação, de uma regra, como forma a tornar-se numa ideia cujo discurso materializa e alumia. Pela ordem e clareza, a retórica traduz o que de obscuro tem o pensamento, como algo abstrato e disforme, incompreensível para outrem, o recetor, que não o sujeito pensante, como emissor. A substancialização de um pensamento, ou pensamentos, num discurso ordenadamente claro, adaptado a todo um conjunto circunstancial, tem como fim impelir à materialização duma qualquer ação, cuja finalidade visa um quadro pré-determinado que o orador pretende, por qualquer motivo, atingir.

A compreensão da retórica implica a existência de um olhar que sobre si recaia, não como coisa isolada, mas como algo envolto em todo um agrupado de algos que se imiscuem entre si, numa infundável e quiçá inseparável constante. Tal significa que a retórica não surge como algo natural, mas floresce como fruto do labor sacrificial a que o dito ser se remete voluntariamente. É uma consequência da ação impelida pela vontade. Então, o labor intelectual relativo ao estudo das obras dos considerados mestres ou autoridades, como um Cícero e um Séneca, anima a vontade de

³ *Idem, Ibidem.*

aprofundamento e desenvolvimento das ideias, do pensamento, circunscritas em cada palavra, do qual o entendimento é como uma pedra de um palácio mental que se vai construindo. Como resultado desta exigência, a tradução afirma-se como aliada à retórica. A transposição de uma realidade para outra é o que se pode entender por colocar algo “em linguagem”, isto é, a tradução.

Todo este pensamento contém uma base helenística que se entranhou no âmago do Homem e proliferou no decorrer de centúrias, como uma base, um pilar essencial do pensamento. Tal como escreve Renahan:

“This attitude, that man is a rational animal, has been for so long an accepted commonplace in Western culture that its specifically Greek origin is seldom a matter of conscious reflection”⁴

Não será estranho encontrar que autores como Vera tenham escrito no século XVI que “o fallar bem, he ventagem, que os homens estimão, como cousa tam superior aos animaes”⁵ e, do mesmo modo, Oliveira:

“A lingoagem e figura do entendimento e assi e verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração e não outra cousa: antes não devia a natureza criar outro mais disforme monstro do que são aquelles que fálão o que não tem vontade. Porque se as obras são prova do home. Como diz a suma verdade Jesu Christo nosso Senhor as palavras são ymagem das obras: Segundo diogenes laerçio: escreve que dizia Solon sabedor de Greçia Cada hum fala como quem e: os bos fálão virtudes e os maliciosos maldades (...)”⁶

Este excerto é, aliás, assaz pertinente, pois revela duas problemáticas que devemos ter em consideração, nomeadamente, no que concerne à continuação e consequente transposição de um pensamento pagão para um pensamento cristão, dentro de uma conceção do mundo e da vida possuída e expressa num qualquer assumir do problema

⁴ RENEHAN, Robert - *The Greek Anthropocentric View of Man*, p. 240.

⁵ VERA, Álvaro Ferreira de - *Orthographia, ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa: Com Hum Trattado de Memoria Artificial: Outro da Muita Semelhança, que Tem a Lingua Portuguesa com a Latina*, Prólogo, Fólio 2, Verso.

⁶ OLIVEIRA, Fernando - *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*.

do Homem, concentrando no seu ponto cadente a “existência do Mal num mundo criado pelo Deus do amor”⁷ e a necessidade que se sente em sustentar o pensamento no conhecimento de outros que assim também o fizeram, evidenciando uma espécie de círculo de eterno retorno no qual prolifera o domínio intelectual. Isto torna evidente a condição do Homem como um ser que naturalmente não subsiste isolado, na sua caverna, negligenciando as sombras que a luz impele para o seu olhar, pois é da sua natureza gregária e sinérgica que advém a elevação do intelecto que proporciona a ação demonstrativa do domínio retórico de que se reveste o bem falar. A elevação pressupõe a prática como uma modalidade do estudo das letras, uma forma de desenvolver e ordenar a razão, impulsionado por um desejo de cumprir o pensamento. O *Trivium* como as gentes medievais o denominaram. A afirmação como um conhecedor das ideias, como um ser sapiente, motivador de um carácter de simultâneos reverência e respeito, originador do poder e império. A consciencialização do eu como superior ao outro, mas não independente na sua totalidade. O outro como necessário para a elevação do eu. As partes que formam uma totalidade impregnada duma natural complementaridade.

O labor assente na investigação expande-se e robustece-se, se considerarmos que a língua, como um algo universal, é somente possível num mítico cenário pré-Torre de Babel. A língua são as línguas, é o plural advindo da multitude linguística que todo o conjunto de interações, nos mais variados cantos do mundo, criou e continua a criar. Nenhuma língua contém em si a plenitude sapiencial, o que denota e reforça a necessidade de aprendizagem, do labor.

1.2. Da Tradução

Anteriormente aludimos à tradução, devido à sua íntima e promíscua ligação com o processo da linguagem. Tal ocorre pois, na sua génese, a tradução é um ato comunicacional que assenta as suas bases na transposição de algo para algo, tendo por

⁷ COSTA, Dalila Pereira da - *Gil Vicente e sua Época*, p.64.

objeto de trabalho a língua e podendo ser definida como uma derivação da necessidade de interação entre duas ou mais línguas, num processo que implica a transposição de uma língua de partida para uma língua de chegada. Todavia, as considerações que envolvem o todo que é a linguagem levam-nos a uma necessidade de entendimento que se estende além de uma conceptualização da dita como coisa isolada, considerando-a como sendo uma parte integrante da cultura de um qualquer povo ou civilização.⁸ A obtenção do seu fluído manejo requer um conhecimento do contexto histórico, social e cultural, que permita um domínio das várias significações que os termos puderam, ou poderão deter, num qualquer conjunto ou encadeamento situacional.⁹

Temos igualmente de considerar o ato de tradução como um ato político, como algo realizado por um qualquer ser, que se encontra imbuído de toda uma razão pragmática e/ou ideológica, que o impele e condiciona. Logo, a escolha do objeto a traduzir e, conseqüentemente, a forma de o traduzir, serão realizadas em prol duma lógica coerente com esses juízos.¹⁰ Assim seendo, a questão não somente se relaciona com o uso da tradução em si, mas também com o entendimento da relação existente entre o algo que se quer transmitir e a forma pelo qual se o faz. Sendo um ser dotado de uma noção de singularidade que o instiga à realização das suas escolhas em conformidade com o seu espírito e necessidades, que poderão, igualmente, ser condicionadas pelo grupo a que o dito ser pertence e, conseqüentemente, isto permite-nos delinear interpretações relativas a traços definidores de tipos de discursos tradutológicos inerentes à construção de uma obra de tradução.

1.3. Do Tradutor

A importância do tradutor advém, em grande medida, deste último ponto. De forma geral, podemos considerá-lo como o transmissor de informação entendida como

⁸ TEKTIGUL, Zhanna et al. - *Language is a Symbol System that Carries Culture*, p. 205.

⁹ FREITAS, Manuel de - Prólogo do Tradutor. In Rabelais, François - *Gargântua & Pantagruel*, p. 11.

¹⁰ MUNDAY, Jeremy - *Translation and Ideology: A Textual Approach*, p. 196.

inacessível devido ao desconhecimento de uma dada língua. Fruto do sacrifício a que se submeteu para adquirir o seu conhecimento linguístico e técnico, o tradutor descodifica o que para outro seria uma algaraviada. Isto pode ocorrer de forma oral e/ou escrita. O desconhecedor de uma língua nada entende, logo, não pode interpretar. Consequentemente, o processo retórico/dialético não existe, não existe o acto comunicacional, nem transferência de informação¹¹.

No fundo o tradutor é um solucionador de problemas, alguém capaz de identificar, analisar e resolver problemas de maneira eficaz e eficiente, pois tem habilidades críticas e criativas que lhe permitem abordar situações complexas e encontrar soluções viáveis. Este paradigma concede-lhe um vasto poder de que estamos muitas vezes alheados, ou simplesmente desconsideramos, pois o tradutor é tradicionalmente relegado a um *marginal status*¹², nomeadamente quando confrontado com o autor. Isto advém, grosso modo, das questões relativas à originalidade e/ou autoria da obra. Contudo, tal não é um algo absoluto, sendo que existem casos em que o tradutor adquire maior relevo do que o autor. Olhando para o período contemporâneo, podemos servir-nos do exemplo presente na obra “As Minas do Rei Salomão” de Haggard, traduzida para o português por Eça de Queirós. Mas esta mesma tradução, pelas suas características, faz-nos retornar à questão inicial – o poder do tradutor.

O manto que o ?encobre capacita-o de uma perícia ainda mais vigorosa do que podemos considerar. Pois não somente em obras literárias é necessário o labor de um tradutor. Numa situação diplomática internacional, ele estará presente e, simplificando o argumento, as suas palavras poderão ser tomadas como a verdade, sendo que estas podem estar revestidas da sua criatividade em prol dos seus desejos. Um texto pode ser completamente alterado e será assumido como “real”, devido ao

¹¹ Naturalmente isto é uma simplificação, pois um recetor pode sempre obter dicas, pistas, através, por exemplo, de linguagem corporal e afins.

¹² ARROJO, Rosemary - Fidelity and Gendered Translation” In TTR traduction, terminologie, rédaction, 7(2): 147-163, p. 160 como citado em ZANOTTI, “The Translator and The Author: Two of a Kind?” in BUFFAGNI, Claudia; GARZELLI Beatrice (2011), The Translator as Author: Perspectives on Literary Translation, Lit, p. 79.

hábito de desconsiderar o tradutor, ou o excesso de confiança neste. O tradutor como um manipulador.

“It is easy for translation to masquerade as an 'innocent' activity in which an honest translator communes with the original author and passes on un distorted the message of the source text. In reality, translation in all its forms is frequently the site of a variety of power plays between the actors involved. Some of these are quite deliberate manipulations of the original for a wide variety of reasons, ranging from the desire to save money to the desire to control behaviour, from the desire to follow perceived norms (and keep the translator out of prison or worse) to the desire for cultural hegemony.”¹³

¹³ FAWCETT, Peter - *Translation and Power Play*, p. 1.

2. Breve História da Tradução

2.1. Antigo Egito

A gênese da tradução suciese da ação, ou seja, é da necessidade do ato que provém a sua existência e a sua teorização é como que uma consequência de tal advinda. Ao observarmos o Antigo Egito, onde a tradução era utilizada como uma forma de satisfação das necessidades políticas, sociais e religiosas, resultantes das relações entre os vários povos existentes, podemos comprovar a veracidade desta afirmação. Começemos primeiro por definir em que consiste esse utilitarismo.

A significação atribuída ao termo Intérprete pelos Antigos Egípcios seria de solucionador de problemas, ou desvendador de algo. Por este motivo os termos Intérprete ou Interpretador seriam considerados como uma espécie de quase título ou atributo que os altos oficiais de governo gostariam de utilizar nas suas biografias fúnebres¹⁴. Tal é revelador do contexto social e governativo do quotidiano egípcio, onde há uma ênfase na necessidade do ser ativo, atento à sua contemporaneidade, dinamicamente pensante e materializador do idealizado. Intérprete não está portanto diretamente associado a um sentido a que estamos acostumados. Não pressupõe a tradução como uma disciplina individualizada, com uma existência histórica e teórica própria. Somente na Roma de Cícero veremos surgir o que podemos denominar como a da teoria da tradução. Até então há uma inexistência de fontes relativas ao tema, facto que corrobora a visão utilitária e dependente da tradução, pois, “(...) no actual acts of interpreting are discribed, merely diplomatic achievements (...)”¹⁵. Os quais seriam consequência de toda uma dinâmica incorporada na esfera das relações internacionais, tanto políticas como comerciais, malgrado a falta de interesse em

¹⁴ Cole, Emily Christine Cooper - *Interpretation and Authority: the Social Functions of Translation in Ancient Egypt*, p. 82.

¹⁵ ROBINSON, Douglas - *Translation and Empire - Postcolonial Theories Explained*, p.48.

línguas estrangeiras demonstrado pelos Antigos Egípcios¹⁶. Para este ponto, serve de exemplo o caso dos Príncipes de Elefantina que Kurz evidenciou.

No período do Império Novo, ocorre uma mudança linguística que leva à consideração da existência de diglossia por entre o contexto social egípcio que, por sua vez, nos leva a considerar a questão da interpretação egípcia sob o aspecto Intralinguístico. Já por entre o Império Médio observamos uma necessidade de recorrer a uma tradução ativa de textos escritos em linguagem arcaica para a linguagem moderna, e que estes poderiam conter comentários ou notas explicativas, com a finalidade de proporcionar ao leitor um melhor entendimento do conteúdo textual¹⁷. Não obstante, encontramos, também, textos que não foram traduzidos, mas que foram comentados. Isto surge como uma consequência naturalmente típica duma civilização cuja existência teve grande longevidade. Ou seja, com o desenrolar dos vários desenvolvimentos linguísticos que se vão processando ao longo dos tempos, há textos, dos quais se destacam os sagrados, que embora mantendo a sua importância e consequente uso, mantêm também uma linguagem estática, chegando ao ponto de não ser entendida pelos leitores devido à sua antiguidade. Assim sendo, poderá haver necessidade de traduzi-los, como forma tornar mais fácil e atual a sua leitura¹⁸.

Todas estas considerações permitem supor a existência duma noção de importância atribuída ao que podemos considerar como Verbo Histórico e consequentemente ao entendimento, por parte dos Antigos Egípcios, da realidade evolutiva da linguagem.

Estas ações agem em conformidade com a noção de tradução que já previamente evidenciámos, ou seja, a fusão da tradução com a noção de interpretação e resolução de problemas complexos. Tal levou naturalmente a uma espécie de afunilamento do contexto hierárquico advindo da escassez de escribas altamente treinados que conseguissem realizar este trabalho de forma eficaz.

¹⁶ KURZ, Ingrid - *The Rock Tombs of the Princes of Elephantine: Earliest references to interpretation in Pharaonic Egypt*, p. 218.

¹⁷ COLE, Emily Christine Cooper - *Interpretation and Authority...*, pp. 67-70.

¹⁸ *Idem, Ibidem*, p.6-10.

Um último aspeto que devemos explorar é relativo ao entendimento de línguas estrangeiras, ou seja, a descodificação do sentido do que pode ser considerado, para o não entendedor, como uma algaraviada. Neste ponto levanta-se uma questão importante que caracteriza não só o Antigo Egito como a Grécia e a Roma Antiga: o centralismo da língua Civilizacional ou Imperial¹⁹. Ou seja, no caso em questão, não é atribuída importância ao ato de traduzir do egípcio para uma qualquer outra língua, mas sim ao oposto, isto é à tradução, caso haja necessidade, de algo de uma qualquer outra língua para o egípcio. Isto leva-nos à conclusão da existência de uma noção de compreensão da língua como um fator de distinção civilizacional e mesmo intracultural, no que concerne aos sotaques e à importância atribuída ao local de origem. Tal implica a centralização do “Eu” numa conceptualização unilateral que impele para uma noção de Império no qual esta subjacente uma qualquer forma de representação da superioridade sobre o que podemos considerar simplisticamente como o “além-fronteiras”. Não obstante, a falta de interesse em línguas estrangeiras demonstrado pelos Antigos Egípcios²⁰ não impede a importância que estes colocam nas relações políticas e comerciais com os seus povos vizinhos.

Em suma, a tradução por entre o Antigo Egito era considerada como sendo uma extensão da interpretação, a qual era uma capacidade enfaticamente valorizada e venerada na sociedade egípcia²¹, não podendo ser considerada e, por conseguinte, analisada como uma disciplina singularmente independente, mas antes como uma ferramenta, um qualquer método utilitário de resolução duma dada necessidade, um algo não individualizado integrado num todo contextualmente civilizacional.

¹⁹ ROBINSON, Douglas - *Translation and Empire...*, p.48.

²⁰ KURZ, Ingrid - *The Rock Tombs of the Princes of Elephantine...*, p. 218.

²¹ COLE, Emily Christine Cooper - *Interpretation and Authority...*, p. 87.

2.2. Grécia Antiga

A situação de tradução que encontramos na Grécia Antiga é, em parte, similar aquela que previamente observamos no Antigo Egito, isto é, há uma continuação da inexistência duma qualquer teorização da tradução, mantendo-se um prolífico domínio do seu utilitarismo concecional, motivado por necessidades de foro político, social e económico, associadas às relações existentes com o que podemos denominar como contactos internacionais²². Robinson corrobora esta afirmação quando fala de Heródoto, dizendo:

“Herodotus nowhere addresses the issues of translation that we are accustomed to calling translation theory. He does not tell his readers how to translate; he does not even actually describe processes of translation. (...) But one of Herodotus central concerns is with cross-cultural communication – how people speaking different languages manage to pass ideas on to each other – and he places that process in an insistently geopolitical context.”²³

A segunda frase deste excerto revela uma preocupação relativa à comunicação intercultural, o que não invalida a conceptualização existente duma qualquer superioridade inerente à noção de Civilização demonstrada por Aristóteles²⁴, ou pelo menos uma noção de grave diferenciação entre o falante de grego e o não falante, o que nos proporciona um entendimento da relação dos helenos com o “Outro”²⁵. Assim sendo, encontramos em Heródoto um exemplo de tal, quando este nos descreve a preocupação expressa por sacerdotisas egípcias em aprender a traduzir a sua religião para o grego²⁶. O facto de estas últimas terem sido raptadas e consequentemente vendidas como escravas por fenícios²⁷ leva-nos a constatar uma noção assaz relevante relativa ao uso de escravos como um meio de obtenção da tradução. Com a conquista

²² OCHMAN, Katarzyna - *Translation Criticism in Ancient Rome...*, pp.71.

²³ ROBINSON, Douglas - *Western Translation Theory: From Herodotus to Nietzsche*, p.1.

²⁴ ARISTÓTELES - *Tratado da Política*, pp.7-9.

²⁵ GARCÍA ALONSO, Juan Luis - *Whoever is not Greek is a Barbarian*, p.19.

²⁶ ROBINSON, Douglas - *Western Translation Theory...*, pp.1-2.

²⁷ *Idem, Ibidem*, p.2.

de vários territórios, a captura de homens, mulheres e crianças e a sua consequente conversão em escravos, serviria como um meio de quebrar a barreira linguística existente numa dada eventualidade. Assim, podemos especular sobre a variedade hierárquica existente por entre os tradutores, o que pressupõe que os termos Tradutor ou Intérprete, não devem ser somente entendidos como um grupo altamente especializado, mas antes como toda uma miscelânea de indivíduos que no decorrer das suas funções tomaram sobre os seus ombros o manto do intérprete²⁸.

As relações existentes entre a Grécia Antiga e o Antigo Egipto, nomeadamente no período posterior a Alexandre, o Grande, a dinastia Ptolemaica, são um excelente indicador do quotidiano multilinguístico no mundo antigo. Embora as relações entre estas duas civilizações sejam anteriores a este período, fruto de ligações comerciais, com o domínio de Alexandre, o Grande e a imposição da dinastia Ptolemaica, assistimos à chegada de novos imigrantes helenos e à entrega de terras a soldados igualmente gregos, o que levou a um natural aumento da influência e pressão helénica sobre o Egipto. Não obstante, durante a dinastia Ptolemaica, podemos observar que um nome, quer fosse grego quer egípcio, não teria necessariamente uma correspondência direta com a etnia, pois além da existência de casamentos mistos como uma prática comum, constatamos igualmente o uso de nomes duplos, ora gregos, ora egípcios, num mesmo indivíduo, para diferentes contextos sociais²⁹. Tal atesta a presença dum quotidiano relacional destas duas civilizações, o que, consequentemente, nos poderá levar a conclusões de foro político, administrativo e social quanto ao domínio do helenismo na antiguidade.

Em suma, na Grécia Antiga podemos observar uma correlação existente entre as relações intercivilizacionais e interlinguísticas e como estas derivaram num inevitavelmente contínuo uso da tradução e/ou interpretação.

²⁸ ROBINSON, Douglas - *Translation and Empire...*, p.47.

²⁹ COLE, Emily Christine Cooper - *Interpretation and Authority...*, p.233.

A inexistência duma teorização relativa à tradução leva-nos a considerar este período, tal como o mencionado no ponto 2, como fazendo parte de algo que podemos denominar como a Proto-História da Teoria da Tradução.

2.3. Roma Antiga

Roma afirma-se como uma singularidade advinda dum processo de contínua evolução histórica. De facto, pode ser dito que a literatura romana começou com a tradução³⁰. Tal deriva do apreço que Roma tinha pela intelectualidade grega. Adaptações, seriam apresentadas a um público que na sua maioria desconheceria o grego. No entanto, a tradução não se restringiria apenas a fins culturais, sendo por exemplo utilizada também na governação³¹ e no processo educativo dos jovens romanos, onde uma variedade de textos seriam traduzidos como forma de desenvolverem o seu vocabulário e erudição em geral³².

Em Roma vemos a tradução disseminada por entre todo um vasto conjunto de campos e camadas sociais, não somente como algo derivado dum qualquer acaso de pendor utilitário, mas como fruto duma intencionalidade impelida por uma necessidade de criação dum Eu socio-politicamente complexo, o que proporciona um entendimento do relacionamento do Eu com o Outro no sentido, não da desvalorização do Eu, sempre compreendido como superior, mas antes, como a necessidade do Outro para o engrandecimento do Eu. É neste sentido que vemos surgir Cícero.

“Cicero was less an original thinker than a highly gifted transmitter of Greek Thought. He might be thought of as a Roman encyclopedist who synthesized in Latin the most important work of Stoic, Academic, Peripatetic, and Epicurian traditions, with particular debts to Aristotle and Heracleides.”³³

³⁰ OCHMAN, Katarzyna (2013) - *Translation Criticism in Ancient Rome...*, p.72.

³¹ MOATTI, Claudia - *Translation, Migration, and Communication in the Roman Empire: Three Aspects of Movement*, p.110.

³² OCHMAN, Katarzyna - *Translation Criticism in Ancient Rome*, pp.73.

³³ ROBINSON, Douglas - *Western Translation Theory...*, p.6.

É por entre este meio, no final da República Romana, que se encontram os primórdios da teorização da tradução, sendo Cícero um dos seus primeiros expoentes, ao lado de outros como Horácio. *Grosso modo*, podemos considerar a sua teoria como tradução livre, criada no sentido de apoio e desenvolvimento do discurso, o que não é de admirar se tivermos em consideração a biografia deste personagem histórico e a sua necessidade de uso da oratória.

É possível afirmar que a teorização da tradução surge como uma derivação da necessidade de engrandecimento do ser e que Cícero se afirma como uma espécie de microcosmos através do qual podemos começar a entender a razão ao entendimento. Não percebo que se desenvolve por entre a evolução da Civilização Romana.

Não obstante a liberdade existente na teoria de Cícero, existiriam simultaneamente traduções que se caracterizariam pelo seu aspeto literal, nomeadamente as que tivessem um pendor educacional, na maior parte das vezes criadas sem o intuito de publicação³⁴. Tal levará os romanos inevitavelmente a conviver num ambiente bilingue, o que conduzirá a uma alteração do modo de utilização da tradução. Esta alteração terá duas fases.

Inicialmente existe uma forte preocupação entre duas tendências que confluem entre si; a imitação e a competição/superação. Estes dois termos surgem, pois existe neste tempo um entendimento diferente do atual relativamente ao que denominamos plágio, ou seja para um romano não seria mal visto imitar ou copiar um seu antecessor grego na criação de uma obra, como fez por exemplo Virgílio. Esta seria uma forma de o autor revelar as suas habilidades literárias e, conseqüentemente, a sua superioridade perante os antigos mestres³⁵. Em termos de tradução, podemos observar a importância, vista talvez como uma necessidade ou mesmo obrigatoriedade de divergência entre a tradução e a obra original, ou seja observamos a alteração de vários aspetos desta última.

³⁴ OCHMAN, Katarzyna - *Translation Criticism in Ancient Rome...*, pp.77.

³⁵ *Idem, Ibidem*, pp.73-74.

De forma a melhor se apreender este último ponto, utilizemos o termo que a investigadora Paula Cristina Costa utiliza para definir Fernando Pessoa, mas que se enquadra perfeitamente para definir os tradutores romanos como “Tradutor-Criador” ou neste caso Tradutores-Criadores³⁶. Desta forma não podemos dizer que a tradução existiria de forma independente, ou seja que viria a substituir a obra original, pois ambas serviriam como termo de comparação, tal como aconteceria no Antigo Egipto. Sendo assim, deve ser dito que a tradução não teria uma função comunicativa, pois aqueles que seriam os seus leitores conheceriam fluentemente a língua original da obra. Esta possuiria uma função que podemos denominar como artística, embora não possamos afirmar que a tradução romana alguma vez tenha perdido o seu valor utilitário, pois entre os romanos não existiu uma preocupação com tal dialética entre o utilitário e o artístico.

A segunda fase da tradução romana caracteriza-se por uma maior moderação relativamente à alteração da obra original e quiçá podemos dizer a aproximação de uma visão mais moderna da tradução³⁷. A modificação que seria expectável de uma tradução, relativamente ao texto original, advém do desejo de o artista demonstrar o seu engenho. Todavia, esta modificação não pode existir se o artista não perceber todas as minuciosidades da obra original. Não é de estranhar que a tradução tenha sofrido uma alteração teórica, dando consecutivamente maior importância à obra original. Esta ênfase recai na atmosfera da obra, em detrimento do conteúdo, de forma a poder ser mantida a graciosidade, fluidez e musicalidade da obra traduzida. Este é um pensamento inegavelmente moderno, o que nos leva a dizer que existe de facto uma coerência teórica no pensamento da tradução que se manteve até aos dias de hoje.

S. Jerónimo destaca-se também como um teorizador da tradução no Baixo Império Romano, sendo o primeiro a expor um pensamento sobre a tradução pós-Cícero,

³⁶ COSTA, Paula Cristina - *D'un cœur qui s'ennuie a uma alma viúva: Pessoa, poeta-tradutor de Verlaine*, p.63.

³⁷ OCHMAN, Katarzyna - *Translation Criticism in Ancient Rome...*, pp.83.

retirando a ênfase da originalidade e demonstração de engenho do orador e colocando-a no texto, ou seja, na correta transmissão do sentido do texto original³⁸. Uma questão assaz relevante, tendo em consideração as novas condicionantes que dominavam o pensamento de S. Jerónimo, o Cristianismo e a transmissão da sua doutrina. Todavia, não podemos falar duma completa rutura teórica entre Cícero e S. Jerónimo, pois o segundo incorpora elementos do primeiro na sua conceptualização de tradução³⁹. Questão que se coaduna com o período em questão, nomeadamente nas relações inerentes à partilha de conhecimentos entre pagãos e cristãos e ainda a instrumentalização de conceptualizações pagãs por mentes cristãs no processo de evangelização, como nos demonstra Jean Pépin com o Apóstolo Paulo⁴⁰.

Santo Agostinho surge no que podemos considerar como o período de transição entre o Baixo Império e a Alta Idade Média. É notória uma continuação do pensamento de S. Jerónimo relativamente à colocação da ênfase no texto. Não obstante, nesta há uma espécie de refinamento conceptual que leva este Santo à idealização da tradução perfeita, isto é à perfeita transferência da significação duma língua para a outra. Imbuído do pensamento cristão, Santo Agostinho considera a tradução como um processo continuamente sistemático derivado da dispersão das línguas em Babel⁴¹.

“Translation may seem to be a mere ineffectual crossing of linguistic barriers carried out by imperfect, fallible humans; it may seem to partake of the marketplace (the bartering of meanings, this or that) or of the nomadic life (the constant reinscription of culture on a shifting geography, flux the nomad's only stability). But for Augustine there are mere apparances, mere surface; in the depths lies true translation (...) by the ideal translator.”⁴²

A menção do tradutor ideal que surge na parte final da citação é relevante, pois denuncia a atribuição duma noção valorativa à figura do tradutor, o que nos leva a

³⁸ ROBINSON, Douglas - *Western Translation Theory...*, p.23.

³⁹ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰ PÉPIN, Jean – Helenismo e Cristianismo. In Châtelet, F. (dir.) - *A Filosofia Medieval do séc. I ao séc. XV*, pp. 24-25.

⁴¹ ROBINSON, Douglas - *Translation and Empire...*, p.31.

⁴² *Idem - Western Translation Theory...*, p.31.

intuir o surgimento da base genésica da tradução como uma disciplina por excelência, dotada de especialistas próprios, cujo intuito será a produção dum produto da tradução final perfeito, conseguido através do uso de meios teóricos inerentes à sua ciência.

Por último, não podemos deixar de mencionar Ulfila, cuja necessidade de evangelização dos Godos, no seu cristianismo ariano, o levou a traduzir a bíblia do grego para a língua gótica. Esta tarefa ocupou-o cerca de quarenta anos e levou à criação dum novo alfabeto, visto que, até então, a língua gótica teria somente uma tradição oral. Assim sendo, Ulfila fez uso de caracteres gregos, latinos e rúnicos, germânicos e escandinavos, para transcrever os sons da língua gótica⁴³.

A questão de Ulfila é relevante, pois leva-nos a considerar como a interligação existente entre o cristianismo e a tradução levou ao desenvolvimento e resolução de novas problemáticas, o que consequentemente denota a sua relevância no estudo do contexto histórico.

Em suma, em Roma dá-se o rompimento com o que previamente apelidámos como o período da Proto-História da Teoria da Tradução, e entramos num novo período que podemos considerar como o da História da tradução, pois é por entre esta civilização que a teorização sobre a ação efetivamente de tradução nasce.

2.4. Idade Média

A expansão do cristianismo alterou o panorama sociopolítico europeu, levando a um crescente desuso do grego e a uma necessidade reflexiva relativa à tradução das Sagradas Escrituras, dando ensejo a uma nova transformação na função da tradução⁴⁴. Como observámos anteriormente, esta questão advém das mudanças efetuadas por homens como S. Jerónimo e Santo Agostinho, como consequência da proliferação do pensamento cristão e da sua doutrina.

⁴³ DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith – *Translators through History*, pp.8-10.

⁴⁴ OCHMAN, Katarzyna - *Translation Criticism in Ancient Rome...*, p.85.

O monarca Alfredo o Grande, de Wessex, demonstra a preocupação que se vai sentindo durante a Alta Idade Média, com a instrução baseada nos escritos da fé, empreendendo na tradução, por seu punho e pelo de outros, do latim para o vernáculo, de várias obras de autores como Santo Agostinho, Boécio e S. Gregório⁴⁵. A problemática da instrução, nomeadamente dos vários ramos do clero, secular e regular, será uma constante durante toda a Idade Média, como uma consequência não somente derivada da necessidade inerente à boa condução e realização das suas funções no que concerne à elevação e consequente salvação da Alma, mas também às suas funções relativas ao ordenamento territorial e instrução social do povo que viveria nos vários territórios ao seu cuidado, fruto da articulação existente entre o poder clerical e o laico.

Na Idade Média devemos ter em conta as várias mudanças que se vão processando nas línguas, pois a constante evolução linguística fará com que não somente o grego tenha caído em desuso, como também o latim se tenha tornado numa língua quase somente utilizada em contextos cerimoniosamente sacrais, de foro eclesiástico, político e intelectual. Isto implica que o latim deixe de ser a língua vernacular, para se tornar numa língua utilizada pelas elites em determinados contextos. Não é de admirar que no decorrer da medievalidade tenham surgido figuras como Roger Bacon,⁴⁶ que por um ou outro motivo discutiram a inadequação do latim relativamente às novas problemáticas que foram surgindo.

Dante surge como um defensor do vernáculo. Recorrendo a uma teorização assente numa formulação de tradução, como forma de defender a sua posição, alegou que somente a linguagem vernacular poderia ser entendida por todos, letrados e iletrados. Consequentemente, a noção de poder na qual está assente a necessidade de obediência inerente ao funcionamento da hierarquia social resulta, segundo Dante, no entendimento de todos, ou seja, algo só poderia ser obedecido quando compreendido. Simultaneamente, Dante criticou a tradução do ponto de vista estético, defendendo

⁴⁵ ROBINSON, Douglas – *Western Translation Theory...*, p.37.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p.44.

que pela tradução se perderia a doçura e beleza do texto original⁴⁷. Ponto de elevado interesse para o entendimento do desenvolvimento da tradução como uma disciplina independente.

O catálogo da biblioteca de D. Duarte torna possível vislumbrar a materialização desta corrente de pensamento, pois nela encontrar-se-ia um misto de obras em latim e em vernáculo, isto é obras não traduzidas e traduzidas. Além disso na obra *Leal Conselheiro*, o monarca dá conselhos para a realização da prática de tradução, nos quais se verifica uma continuação da ênfase no vernáculo, chegando mesmo a apelar ao não uso de latinismos⁴⁸.

Em suma, todas estas questões demonstram o quão indissociável é a tradução das problemáticas medievais. Todavia, o papel do latim nesta sociedade não pode ser menosprezado, pois detém uma indiscutível relevância, tal como o demonstra, por exemplo, a Escola de Tradutores de Toledo, onde nos séculos XII e XIII muitos trabalhos foram traduzidos do árabe e do hebraico para o latim⁴⁹.

3. Traços da Dispersão Linguística na Corte de Avis

O entendimento da dispersão linguística da corte necessita primariamente da compreensão do contexto cultural em que esta se encontra, sendo uma consequência das orientações políticas tomadas em prol da resolução de problemas que afligiram a coroa nos primeiros tempos da segunda dinastia. Principiemos por definir o termo corte:

“...o lugar da presença do rei e, simultaneamente, o conjunto dos homens que o acompanham. Um espaço no qual evoluem não apenas os do círculo restrito dos

⁴⁷ Alighieri, Dante – *Convívio*, p.10.

⁴⁸ Reis, Flávio Antônio - *No Leal Conselheiro de D. Duarte: conselhos sobre a maneira de "tirar em linguagem" textos latinos em língua vulgar portuguesa quatrocentista*, pp. 225-242.

⁴⁹ Vélez León, P. - Sobre la noción, significado e importancia de la Escuela de Toledo. Pp. 537-579

familiares como também todos aqueles que corporizam a mediação dos poderes do monarca sobre o reino, integrando-se no seu séquito.”⁵⁰

Rita Costa Gomes escreve igualmente, que “a corte (...) constitui uma realidade cultural e cultural da maior importância”⁵¹, sendo que nela estão incorporados os elementos organizativos da governação do reino, como “o polo director de todo um aparelho burocrático de órgãos e funcionalismo de administração central”⁵².

A crise de 1383-85 teve um forte impacto na constituição da corte de D. João I. Destaca-se uma renovação dos seus elementos, ou como escreveu Gouveia Monteiro, ocorre “uma drástica modificação na composição social da alta nobreza de Portugal”⁵³, sendo povoada por aristocratas, filhos segundogénitos, que tendo apoiado o lado vencedor, viram elevadas as suas condições. Destaca-se igualmente, a nova importância que o sul do reino adquire, inclusive do ponto de vista da língua. Oliveira Marques escreve que “Lisboa, Évora, Santarém e Coimbra delimitaram o centro da língua portuguesa, como delimitaram a área principal da cultura do país até finais do século XV.”⁵⁴

Politicamente, o Mestre de Avis promulga políticas que incidem na criação de um plano de educação cortesã, que foi seguido pela sua descendência – uma derivação das necessidades advindas da rudeza, da indelicadeza, da falta de decoro dos filhos segundos que povoavam a corte “demasiado telúrica, provinciana e militar para se harmonizar convenientemente com as suaves exigências da sua nova corte!”⁵⁵ e da ilegitimidade do nascimento do próprio monarca. Mas que insinuavam “no seu horizonte a estratégia da centralização do poder”⁵⁶, visando concentrar “nas mãos da

⁵⁰ GOMES, Rita Costa - *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, p.1.

⁵¹ GOMES, Rita Costa - *A Corte dos Reis de Portugal...*, p.1.

⁵² COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I: O que Re-colheu Boa Memória*, (2005), p.112.

⁵³ MONTEIRO, João Gouveia - *Orientações da Cultura da Corte na 1ª metade do século XV: a Literatura dos Príncipes de Avis*, p.90.

⁵⁴ MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, p.400.

⁵⁵ MONTEIRO, João Gouveia - *Orientações da Cultura da Corte...*, p.90.

⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p.90.

Casa Real a condução dos destinos do Reino”⁵⁷ e procurando estabelecer “...uma intrínseca ligação (...) entre letrados, clérigos e poder”⁵⁸:

“D. João I procurou envolver a Universidade na sua política centralizadora (...) já não podia prescindir de homens competentes e com um saber especializado (...) que sustentava as posições do monarca nas cortes estrangeiras (...) Os letrados, como nunca antes, tornaram-se elementos sociais muito cotados, começando a dar lugar a uma nobreza togada, que nos reinados subsequentes se irá consolidar.”⁵⁹

Naturalmente, os letrados não seriam somente leigos, portanto “se no aparelho do desembargo os eclesiásticos foram diminuindo o seu papel, mantiveram a sua capital importância no conselho régio e em toda a ação diplomática, que o monarca empreendeu, no contexto europeu e muito especialmente na cúria papal”⁶⁰. Não obstante, pelo menos nos séculos XIV e XV, a influência cultural dos mosteiros diminuiu substancialmente, chegando Oliveira Marques a escrever, talvez com excesso, que “o impacto cultural dos mosteiros tem sido suficientemente apontado e exagerado”⁶¹, sendo que estes não teriam “um lugar privilegiado na cultura”; e “se alguns mosteiros possuíam boas bibliotecas e importantes *scriptoria*, a maioria caracterizava-se pela sua mediocridade e, até, pela incultura”⁶². Assim sendo, “como centros de produção literária, os mosteiros sofriam a concorrência das cortes, das principais igrejas, da Universidade e até de professores e burocratas particulares.”⁶³ É a emergência do profano, de uma cultura palaciana e laical que se materializa num interesse pela cultura antiga.⁶⁴⁶⁵

⁵⁷ MONTEIRO, João Gouveia - *Orientações da Cultura da Corte...*, p.90.

⁵⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I...*, 2005, p.209.

⁵⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I...*, 2005, p.209.

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.233.

⁶¹ MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, p.426.

⁶² *Idem, Ibidem*, p.426.

⁶³ *Idem, Ibidem*, p.426.

⁶⁴ Naturalmente, estas ideias de Oliveira Marques são discutíveis.

⁶⁵ PEREIRA, Belmiro Fernandes - *Livros e Raras Edições de Clássicos Greco-latinos*, p.159.

Simultaneamente, temos de evidenciar a união matrimonial do monarca de *Boa Memória* com D. Filipa de Lencastre, que “só podia ser Inglesa (...) [fruto das] estreitas relações entre Portugal e Inglaterra”⁶⁶. A Rainha será deveras relevante, não somente por em seu ventre os Infantes terem sido concebidos, como também por ter contribuído, ou mesmo dirigido a criação das diretrizes das suas educações⁶⁷, o que naturalmente se estende aos restantes cortesãos. Foi uma figura de relevo, detentora, tal como o homem, o ser masculino, de uma língua proporcionadora da fala, da qual fez uso, obtendo o poderio do poderio qual adveio a aura de respeitabilidade que a revestiu. Esta situação, ou melhor escrevendo, esta sua ação denunciou-se ainda antes do casamento real, numa espécie de prólogo do que viria a ser em solo português: ainda em Inglaterra, revela-se uma amante da leitura e da escrita, chegando mesmo a liderar:

“um pequeno círculo de escritores, que, para além de Chaucer, contava com os nomes de Thomas Usk, Thomas Hocleve, John Gower e Sir Oton de Granson, que a punham em contacto com as novidades culturais, literárias e científicas que corriam na Europa, da França e Flandres à Itália.”⁶⁸

Este ponto é assaz relevante; principalmente “se nos voltarmos para as livrarias encontraremos na sua nova feição o câmbio de ideias e o alargamento do horizonte intelectual”⁶⁹. Afinal, foi durante o reinado do *Mestre* “que se organizou a primeira livraria da coroa, não meramente pessoal, que D. Duarte, D Afonso V e D. Manuel conservaram e aumentaram”⁷⁰. O pai serviu de exemplo para os filhos, tornando-se numa “sugestão viva”⁷¹ e constante. Ora, a criação de uma *livraria da coroa* não é uma obra pequena envergadura, se tivermos em consideração que:

“Apesar da sua utilidade, o livro tinha uma produção difícil. (...) Assim, o livro tinha de ser caro e raro. (...) O livro avizinhava-se assim do painel, da tapeçaria,

⁶⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I...*, 2005, p.212.

⁶⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I...*, 2005, p.116.

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p.115.

⁶⁹ CARVALHO, Joaquim – *Obra Completa: História das Instituições...*, pp.51-52.

⁷⁰ *Idem, Ibidem*.

⁷¹ *Idem, Ibidem*.

do objecto de ourivesaria, do manto de arminhos ou da relíquia. Possuí-lo era um luxo e só os mais ricos se permitiam orgulhosamente exhibir uma biblioteca.”⁷²

Imediatamente podemos identificar os livros com uma função demonstrativa da ostentação de poder, a nível monetário e cultural, e como parte integrante da orientação das políticas de corte que se pretendia implementar, sendo que não seriam títulos soltos, mas enquadrados dentro do plano ideológico pensado. Neste sentido, a coroa impõe o seu papel como aquela que ensina, uma professora, para os cortesãos e enfim, para todo o reino. O que está de acordo com S. Tomás de Aquino, quando escreve que “por-cuja-causa às vezes os reis são chamados pais dos povos”⁷³, pois o pai é o primeiro dos professores, aquele que se olha com um misto de respeito e admiração:

“Mau-grado as limitações à sua produção e à sua divulgação, o livro era um dos mais importantes meios de cultura. Todo o ensino, universitário ou não, se fazia principalmente à base do livro. O professor lia – daí o seu nome de lente - e comentava o que lia. O estudante seguia a leitura, ouvia os comentários, tornava a ler em casa e expunha os seus argumentos sempre à base da leitura, confrontado e citando o autor A e o autor B.”⁷⁴

Isto justifica a criação do *Livro da Montaria* por D. João I e a tradução de várias obras de teor religioso, a que a sua voz instigou, materializando o dito de Dante, relativamente à valorização do vernáculo como forma de melhor fazer entender e, conseqüentemente impor, uma qualquer ordem. Isto é, a noção de poder na qual está assente a necessidade de obediência inerente ao funcionamento da hierarquia social, resulta, segundo Dante, no entendimento de todos – algo só poderia ser obedecido quando compreendido⁷⁵. Seguindo este fio de pensamento, devemos voltar o nosso olhar para a evolução da conceptualização do termo Rei e o seu significado:

⁷² MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, pp.419-420. Não

⁷³ AQUINO, São Tomás de - *Do Governo dos Príncipes ao Rei de Cipro, Seguido do Opúsculo: Do Governo dos Judeus à Duquesa de Brabante*, p.20.

⁷⁴ MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, p.419. Não

⁷⁵ ALIGHIERI, Dante - *Convívio*.

“O poder real provinha directamente de Deus. Ao longo dos séculos XIV e XV não cessou de se impor esta doutrina, acarinhada pelos legistas e que constituiu uma das grandes novidades da Baixa Idade Média.”⁷⁶

Esta noção está de acordo com o que temos vindo a analisar, nomeadamente no que concerne ao que podemos chamar a ascensão da importância de uma cultura de “cunho paradoxalmente laico”⁷⁷ que “retirava força ao Clero por rejeitar a mediação do Papa na transmissão divina.”⁷⁸, sendo que:

“Na própria eleição de 1385, os eleitores haviam sido somente instrumentos da vontade divina, que fizera vagar a coroa a fim de a transferir para D. João I. Assim o rei era-o «pela graça de Deus» fórmula desde havia muito consagrada pelo uso mas reinterpretada em função dos interesses do Estado.”⁷⁹

Não obstante, não podemos considerar o monarca como um tirano ou um déspota, pois, no final, o seu poder não “se mostrava ilimitado. Tinha deveres para com Deus – que o pusera no cargo – e para com o Povo, tomado no seu conjunto.”⁸⁰ O facto de estar submetido ao direito divino, à lei de Deus, não o impede de estar simultaneamente submetido “ao direito natural e às leis do Reino, mesmo as que ele próprio fizera”⁸¹. Esta evolução na noção do Rei segue o pensamento exposto anteriormente por Tomás de Aquino, que ao refletir sobre os vários tipos de governo, chega à conclusão que a melhor forma é a governança de somente um homem; porém, este tem de ter em vista o bem-comum e agir com justiça e não somente com força.

“Manifestamente se mostra fazer parte do conceito de rei ser o que preside único e pastor que busca o bem comum e não o interesse próprio.”⁸²

⁷⁶ MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, pp.286-288. Não

⁷⁷ *Idem, Ibidem.*

⁷⁸ *Idem, Ibidem.*

⁷⁹ *Idem, Ibidem.*

⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

⁸¹ *Idem, Ibidem.*

⁸² AQUINO, São Tomás de – *Do Governo dos Príncipes...*, p.19.

Segundo este pensamento, o rei é uma consequência da vida em comunidade, pois, “se é natural ao homem o viver em sociedade de muitos, cumpre haja, entre os homens, alguém por quem seja governada a multidão.”⁸³ Não poderia viver para si próprio, saciando o seu interesse, a sua ambição, devendo dedicar os movimentos da sua vida em prol dos outros, daqueles que governava. Como que externalizando o seu ser e encarnando numa vontade, que embora múltipla na sua constituição, seria una na sua vontade. Entendendo que não governa sozinho, mas que a sua voz impera. Daí que “Um bom rei tinha o dever de se rodear de conselheiros cujas opiniões e pareceres devia escutar e seguir.”⁸⁴ Esta atitude paternal justifica a proteção material e moral que o monarca devia aos nobres, clérigos e populares:

“Era sua obrigação conceder-lhes mercês em função dos serviços prestados e, de uma maneira geral, contribuir para o aumento da sua fazenda. Devia amar e praticar a justiça e o direito para com todos os súbditos, independentemente do respectivo estatuto social. Cabia-lhe ainda defender o Reino e os bens dos seus naturais. Outras limitações eram-lhe impostas pela tradição e pelos usos e costumes de governação. (...) Competia-lhe também reunir com frequência Cortes, a fim de conhecer e atender as queixas e as solicitações dos súbditos.”⁸⁵

Naturalmente que isto ocorre num sentido teórico, pois, como adiante veremos, a aplicação deste pensamento tem mais *nuances*.

Na sequência deste conjunto de pensamentos, encontramos o fundamento para a corte de Avis. Repassada por toda uma conjectura impulsionadora da cultura e do desenvolvimento intelectual, que, malgrado a valorização da língua materna, proporcionou a convivência de várias línguas e culturas que permitiram um progresso relativo às letras, culminou numa geração criadora de um *opus* literário e de tradução marcante.

⁸³ *Idem, Ibidem*, pp.16.

⁸⁴ MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, pp.286-288.

⁸⁵ *Idem, Ibidem*.

“A esta valorização da língua materna do monarca não deverá ser estanha a realidade plurilinguística que se verificava na sua corte. A corte régia portuguesa, refira-se, sempre esteve aberta à realidade multilingue ibérica e languedociana: o leonês, o castelhano, o catalão, a «langue d’Oc» eram idiomas perceptíveis nela. Por outro lado, nos paços de D. João I cultivou-se, senão coloquialmente, pelo menos cerimoniosamente, a língua francesa. Era nesta língua que a rainha, D. Filipa de Lencastre, se correspondia com os seus familiares em Inglaterra, como será nessa língua francesa cortesã que toda a família real fixará as suas divisas simbólicas. Nas bibliotecas da família real desta época, para lá do latim, encontrava-se bastantes livros em castelhano, em catalão, em francês e, obviamente, também em português. O português contudo, permanecia a língua primacial dos actos oficiais de chancelaria”⁸⁶.

Este ímpeto de tradução, malgrado o eventual exagero de Oliveira Marques, chegou mesmo a extravasar o ambiente cortesão, expandindo-se para outros centros:

“Fora da corte, os mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, verdadeiros focos de preservação da cultura latina, tiveram um papel decisivo na transmissão da cultura e no progresso da língua literária. Ao longo da idade média, os monges traduziram obras de assunto religioso, não apenas do latim, mas também do francês e do italiano.”⁸⁷

As obras traduzidas não teriam de o ser na sua íntegra, podendo somente ser traduzida uma parte delas, sendo:

“o que se encontrasse à mão ou o que mais interesse pudesse ter para o público visado. Este raramente se identificava com todo o País. Traduzia-se sobretudo por encomenda ou intenção de um particular (o Rei, um grande senhor laico ou um bispo, por exemplo), uma colegiada ou um cabido, um mosteiro, uma Ordem religiosa, etc.”⁸⁸

⁸⁶ GOMES, Saul António – *Políticas Culturais de Tradução na Corte Portuguesa no Século XV*, pp.175-176.

⁸⁷ INILLA, José António Sabino; FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Maria Manuela – *O Discurso sobre a Tradução em Portugal: 1429-1818*, p.26.

⁸⁸ MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, p.423.

Uma língua pode chegar a um local de várias formas. Ao ambiente cortesão, que ora analisamos, podemos dizer que chegou por via política, cultural e comercial. Estas três vias não devem ser consideradas como um grupo separadamente exclusivo, mas antes como um conjunto que se interliga, tal como nos comprova o casamento régio. Embora seja e advenha de uma conjuntura política, deu enlevo a uma noção cultural. Além de todo o conjunto de casamentos de aristocratas, homens de alta estirpe e relações de parentesco daí advindas que, naturalmente, tiveram repercussões, senão similares, pelo menos num mesmo sentido, serve também de exemplo Alonso de Cartagena, embaixador castelhano em Portugal⁸⁹, que traduziu a obra *De la Retórica* de Cícero, que dedicou ao “Príncipe esclarecido, en materias de sçiençia en que vos bien sabedes fablar”⁹⁰, D. Duarte.

Por via do comércio, temos de voltar o nosso olhar para a cidade de Lisboa que seria, segundo Oliveira Marques, “internacional habitada por colónias de mercadores estrangeiros vários e visitada frequentemente por representantes do tráfico marítimo, tanto atlântico quanto mediterrâneo”⁹¹ e para a cidade do Porto que “aparece já desde muito tempo como ponto de referência deste comércio atlântico”⁹². O solo português seria então povoado por estrangeiros maioritariamente italianos, franceses e catalães⁹³. No entanto, se por motivos comerciais se deslocavam gentes de outras terras para o reino, também o inverso aconteceria, e portugueses deslocar-se-iam em especial para o norte da Europa, principalmente para a Flandres⁹⁴.

O facto de existirem portugueses que se encontram no estrangeiro leva-nos a outro ponto: a pluralidade linguística de cada indivíduo. Comprovada pelo séquito da rainha, no qual encontramos, segundo Cruz Coelho, dois elementos portugueses bons conversadores em francês, Beatriz Gonçalves Moura e Afonso Martins⁹⁵. Este último

⁸⁹ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte...*, 2005, p.202.

⁹⁰ CICERÓN, Marco Tulio – *De inventione: Selección, traducción de Alfonso de Cartagena*, p.29.

⁹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal: Das Origens ao Renascimento*, p. 112.

⁹² *Idem, Ibidem*.

⁹³ *Idem, Ibidem*.

⁹⁴ *Idem, Ibidem*.

⁹⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I...*, 2005, p.142.

foi um embaixador de que D. João I fez uso para as negociações com Inglaterra. O mesmo monarca, quando sentiu necessidade de criar uma conta privada separada dos fundos públicos para poder fazer livre uso do dinheiro “for purely personal expenses such as mariges and pilgrimages”⁹⁶, serviu-se de vários emissários, dos quais o mais afamado será Dom Gomes Ferreira da Silva “a key figure in the Luso-Florentine relations for a quarter of a century”. Figura de relevo, conhecido da realeza portuguesa, que fez carreira fora de Portugal, tendo-se tornado “abbot of the Badia Fiorentina, the Benedictine Convento di S. Maria (...) located on the Via del Proconsolo near Bargello” e participado no Concílio de Florença⁹⁷. Um homem de atestada internacionalidade, que por consequência teria de saber falar várias línguas, ou, pelo menos de se servir de tradutores e intérpretes.

Num período mais tardio, Baquero Moreno escreve que, no período da regência do Infante D. Pedro, existiu uma “(...) troca de correspondência entre os dois reinos peninsulares [Portugal e Castela]”⁹⁸ de forma “(...) intensa e regular (...)”⁹⁹. Sendo assim, temos de considerar a necessidade de existência de “*correios*” com a missão de transportar e entregar a dita correspondência.¹⁰⁰ O nome de Vasco Mouro, “(...) vassalo escudeiro da casa do Infante D. Pedro, residente na vila de Portalegre (...)”¹⁰¹ surge como alguém incumbido de realizar a tarefa. A qual forçosamente obrigaria a um expectável conhecimento e consequente manejo, ainda que rudimentar, das duas línguas e costumes dos reinos por entre os quais viajava. Uma viagem está sempre sujeita à ocorrência de aventuras e desventuras que podem, ou não, condicionar o cumprimento da missão. Portanto, nas cortes de Avis, havia oficiais de corte que tinham uma forte necessidade de entender várias línguas.

Existe toda uma panóplia de línguas que se vão falando por todos os cantos e, assim sendo, a necessidade de clareza leva-nos a categorizar estas em dois grupos gerais de

⁹⁶ ROGERS, M. Francis – *The Travels of Infante D. Pedro of Portugal*, p.26.

⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p.26-27.

⁹⁸ MORENO, Humberto Baquero – *O Infante D. Pedro: Itinerários e Ensaios Históricos*, p. 148.

⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p.147.

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p.148.

¹⁰¹ *Idem, Ibidem*.

línguas que se falariam na corte portuguesa, que denominamos como: *Línguas constantes* e *Línguas inconstantes*.

Por *Línguas Constantes* entendemos aquelas de que se fazia um uso regular e incorporavam o quotidiano. Destas destacamos: português; latim; francês; castelhano.

Por *Línguas Inconstantes* entendemos aquelas de que se fazia uso esporádico, fruto de uma qualquer interação, ou conjunto de interações, que por um motivo ou outro ocorreram.

Sobre o português, escreve Oliveira Marques que “são escassas as notícias sobre o modo de falar. (...)”¹⁰², e que “É a partir de textos literários e da prosa burocrática – que incluem passagens em discurso direto – que se torna possível uma reconstituição penosa e duvidosa da expressão oral”¹⁰³. Porém, podemos identificar como “Termos de origem castelhana, catalã, francesa, inglesa e italiana, ao lado de numerosos latinismos, refletiam as modas e os contactos do Portugal de Trezentos e de Quatrocentos”¹⁰⁴. Devemos dizer que o que Oliveira Marques nos diz sobre as reconstituições do discurso pode ser ligado à orientação das políticas de corte que temos vindo a descrever. Como uma forma de propaganda ou passar uma imagem da forma como se queria que as coisas fossem, ao invés do que elas são. A alteração da realidade pelo exemplo.

Sobre o latim, escreve Oliveira Marques:

“Como segunda língua, deverá apontar-se o Latim. Única ensinada sistematicamente nas escolas (...) apoiada numa tradição milenar de textos escritos de toda a espécie, a língua latina revela-se indispensável a qualquer pessoa medianamente cultivada. Além de ser o único idioma da Igreja, servia como *língua franca* em toda a Cristandade, utilizada como era por embaixadores

¹⁰² MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, p.403.

¹⁰³ *Idem, Ibidem*.

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p.401.

e documentos diplomáticos e até, em muitos casos, nas relações comerciais internacionais.”¹⁰⁵

Relativamente ao castelhano, Filipe Alves Moreira escreve:

“Ao longo do século XV e princípios do século XVI, o português e o castelhano conviveram e interagiram de diferentes formas. No âmbito da cultura escrita em Portugal, podem apontar-se como manifestações privilegiadas desse convívio e interacção o fenómeno do bilinguismo; a presença de textos castelhanos em bibliotecas portuguesas; e a tradução de obras castelhanas para português, ou a incorporação de passagens mais ou menos extensas de textos castelhanos em obras portuguesas. O conjunto destas situações aponta claramente no sentido de uma comunidade textual em boa medida supra-linguística, no seio da qual os diferentes materiais eram partilhados, absorvidos e reformulados a partir de diversas instâncias de poder¹⁰⁶.”

O francês, reforçado pela presença da rainha, deixou marcas permanentes, como por exemplo na divisa dos membros da família régia¹⁰⁷. Sobre a utilização desta língua por parte dos ingleses, Tappan escreve, seguindo Froissart:

“In England, at that date French was the court language, and Latin the literary language; therefore, the letters were written in both tongues, and a messenger was chosen who could speak French as easily as Portuguese.”¹⁰⁸

No entanto, temos de ter em consideração que:

“During the 1350s, the English vernacular became fashionable. Following the Norman Conquest in 1066, Anglo-Norman – a variation of old French – became the language of the nobility and endured until the mid-fourteenth century. The nobility was bi-, even tri-lingual, with Latin also part of regular vocabulary, and

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem*, pp.40-402.

¹⁰⁶ MOREIRA, Filipe Alves – *Notas sobre a Convivência de Línguas em Portugal no Século XV e a Tradução da Crónica de Alfonso X*.

¹⁰⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I*, 2005, p.255.

¹⁰⁸ TAPPAN, Eva March – *The World's Story: A History of the World in Story, Song and Art: Italy, France, Spain, and Portugal*, p.570.

with French as the language most commonly used and read at court. (...) Moving towards a national identity, court circles also adopted English, leading to a surge of interest in poetry and literature in the vernacular. The most famous writer of English verse was the diplomat, courtier, loyal servant and friend of John of Gaunt – Geoffrey Chaucer.”¹⁰⁹

Em suma, a corte portuguesa é permeada de um ambiente plurilinguístico que adveio como consequência de variados factores. A importância do entendimento de uma qualquer noção relativa à existência de dispersão linguística na corte de D. João I advém do valor que esta tem para produção de um estudo da história das mentalidades, que em si englobe toda a construção de uma génese do pensamento, do qual derivam as ações e/ou comportamentos determinantes de um evento, ou conjunto de eventos, de cuja união resulta a possibilidade de definição teórica de uma época, ou período.

Devemos também entender que todo este constante rebuliço de contactos entre várias gentes e várias línguas tem uma estreita relação com o que mencionámos anteriormente na história da tradução. Em muitos casos, é possível observar a existência do que podemos considerar como tradutores involuntários, ou atos de tradução involuntária que em muito se assemelham às ações empreendidas pelos antigos egípcios e greco-latinos. Ou seja, homens que solucionam problemas, entendendo a necessidade de interação com outra cultura e linguagem, como forma de se destacarem, de se elevarem. Como vimos, isto não é monopólio das classes mais elevadas, antes algo que permeava toda a hierarquia social.

Não podemos deixar de terminar este capítulo evidenciando que a corte, tal como a cultura, não é algo uno, ou sequer único; um senhor que pertence à corte régia, aquela sobre a qual estivemos a dissertar, pode ter a sua própria corte, o seu séquito, e isso faz com que haja uma dispersão cultural pelo reino. Além disso, várias classes têm

¹⁰⁹ CARR, Hellen – *The Red Prince: The Life of John of Gaunt, the Duke of Lancaster*, pp.41-42.

várias culturas, como consequência das suas necessidades e vivências. Seja-nos tolerada uma citação, sem dúvida extensa, de Oliveira Marques:

“Não havia então, como não há ainda hoje, um tipo de cultura único. Consoante os grupos sociais existentes – e tanto mais quanto mais estanques esses grupos se mostrassem – assim se criavam e desenvolviam formas culturais variadas. Na corte régia e nas cortes senhoriais florescia aquilo a que podemos chamar uma cultura senhorial. Subdividida, por sua vez, em cultura palaciana e em culturas senhoriais locais, era um tipo de cultura estruturado nos ideais e nos valores da nobreza da época. (...) Era possível distinguir também uma cultura de tipo clerical. É verdade que o Clero se distribuía, socialmente, por estratos diversos, mostrando, quantas vezes, poucas afinidades entre si. Neste contexto, um cardeal ou um bispo, sobretudo se oriundo da Nobreza, vivia e refletia também os valores próprios da cultura senhorial. Mas, por outro lado, o Clero, como corpo social específico, tinha os seus parâmetros ideológicos bem definidos e afirmados. Antes de ser nobre e de ser senhor, o bispo era um clérigo, membro de uma «internacional» mais poderosa e mais unida do que a «internacional» da Nobreza. A cultura clerical portuguesa dos séculos XIV e XV havia, assim, de espelhar os valores da «Respublica Christiana» com pouca variação ou regionalização. Espelhava-os, porém, com muita da complexidade teológica, filosófica e política que caracterizava a Igreja do tempo. (...) Nos estratos superiores do chamado «Povo», os letrados conheceram certamente valores culturais próprios, assentes nos direitos romano e canónico, dividindo-se entre partidários da centralização do poder real e defensores do predomínio clerical. No mais, compartilharam dos ideários comuns à Nobreza e ao Clero. Já os Burgueses não seriam tão versados em Direito, Filosofia Moral ou romances de cavalaria, mas estavam na posse de uma soma de conhecimentos que hoje nos são muito mais familiares: técnicas comerciais aplicadas à respectiva profissão, geografia nacional, e, muitas vezes, internacional, línguas estrangeiras e até política interna e externa, na medida em que ela podia afectar os seus negócios. Muitos também se interessariam por livros de devoção e por assuntos próprios

do estatuto nobre (...) a que todos aspiravam. Físicos e boticários detinham outro tipo de cultura ainda. Comungavam simultaneamente de uma larga teoria de base tradicional – a ciência médica da Antiguidade e do Islão – e da experiência prática resultante do tratamento das maleitas e da confecção das mezinhas. E eram conhecedores de Astrologia.¹¹⁰

4. Infante D. Pedro, Duque de Coimbra

4.1. Necessidade e Influência

O Infante D. Pedro, sendo homem de alta estirpe, filho e irmão de reis, e tendo sobre os seus ombros as consequentes responsabilidades, estimulou a utilização de determinados meios e instrumentos proporcionadores da obtenção dos fins desejados, resultantes de um natural ensejo a que instiga uma noção de elevação do ser materialmente político e social. Por necessidade e influência revelou-se pragmático, sentiu um aparente e inevitável encargo de cultivar e utilizar algo como a tradução e a retórica, de forma a “em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar.”¹¹¹ A aplicabilidade deste exercício denunciou-se, neste caso, na aquisição de uma capacidade discursiva e argumentativa elegante aos olhos da época, que permitiu ao Infante proferir dizeres proporcionadores da legitimidade do prestígio e poder, que em vários momentos, revela almejar.

“The speech is among other things a dramatization of the character of the speaker, and the wise speaker will construct his speech with an eye toward the sort of character it portrays.”¹¹²

A intelectualidade ao serviço do poder é particularmente visível, explicitamente, na sua obra política e, implicitamente, na sua obra literária e de tradução.

¹¹⁰ MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Nova História de Portugal...*, pp.426-428.

¹¹¹ ARISTÓTELES – *Retórica*, p. 89.

¹¹² HALLORAN, S. Michael – *Aristotle's concept of ethos, or if not his somebody else's*, p. 60.

Não devemos considerar o Infante como personagem inaudita na história da utilização deste tipo de meios.

“A obra de um autor, qualquer que seja o seu género, só de modo insuficiente será compreendida, se a isolarmos do contexto das demais”¹¹³.

Isto é, devemos compreender a sua singularidade como inserida numa malha continuamente evolutiva, onde cada fio é a materialização dum pensamento altamente individualizado que se foi entrelaçando ao longo dos tempos num todo disforme, que o historiador, como o criador de uma coerência unitária, dominada por uma racionalização lógica de toda esta incorpórea deformidade, deve interpretar. Vamos então dividir este assunto por partes, pois somente compreendendo as partes podemos compreender o todo.

Escrevemos que o Infante, por *necessidade e influência*, revelou-se como um ser pragmático. Sustentamos a afirmação da *necessidade*, como uma derivação da sua condição social, filho e irmão de reis, e consequentes encargos daí advindos. Baquero Moreno, no seu artigo intitulado *O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra*, revelou-nos vários encargos, tais como: 1414, incumbido de recrutar homens para a expedição de Ceuta na Estremadura, Alentejo e Algarve; 1415, nessa mesma expedição, deter a capitania das naus; no mesmo ano, foi armado cavaleiro e nomeado Duque de Coimbra.¹¹⁴

O mesmo autor, na obra *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*, escreve como o Infante D. Pedro, aquando da morte de D. Duarte, toma um conjunto de atitudes que o caracterizam como um ator numa peça de teatro, utilizando características como humildade, servilismo e respeito para com a Rainha D. Leonor. Sendo que:

¹¹³ BARBOSA, João Morais – *A Teoria Política de Álvaro Pais no «SPECVLVM REGNVM»: Esboço duma Fundamentação Filosófico-Jurídica*, p.13.

¹¹⁴ MORENO, Humberto Baquero (1984), “O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra”, in *Separata da Revista de História* (Centro de história da Universidade do Porto), nº 5, Porto, pp. 28-30.

“A atitude assumida pelo Infante D. Pedro deve ter trazido o maior alívio ao íntimo de D. Leonor (...), mais tranquilizada acerca da recta intenção do cunhado – de quem anteriormente receara um golpe de estado.”¹¹⁵

Além disso, tentou igualmente apaziguar os ânimos da restante aristocracia com a sua:

“Iniciativa assumida (...) para que o Infante D. Fernando, filho secundogénito de D. Duarte, fosse nomeado príncipe herdeiro enquanto o rei não atingisse a maioridade e tivesse um filho, o que muito deve ter contribuído para desanuviar o ambiente e revelar a recta intenção que presidia aos seus actos.”¹¹⁶

O “golpe de Estado” sucedeu, dando origem à regência unipessoal, não do Infante D. Fernando (que era uma criança ainda mais nova do que Afonso V), mas do Infante D. Pedro, naturalmente.

Num plano micro, podemos ir desvendando a atitude do Infante, como parte de um papel que estava pragmaticamente a representar, em pequenos momentos como quando o Conde de Barcelos pretendeu contrariar o casamento da filha do Duque de Coimbra com D. Afonso V em prol do dito com a sua “neta D. Isabel, filha do Infante D. João”¹¹⁷. Pois:

“Conhecedor o Infante D. Pedro do que se estava a passar obteve maneira que a rainha «lhe desse huma certydam e segurança assynada por ella» sobre o acordo estabelecido.”¹¹⁸

Sustentamos a afirmação da *influência*, como uma derivação da sua vivência social na corte, pois, segundo João Gouveia Monteiro:

“A crise aberta na sequência do problema da sucessão de D. Fernando acabou por catapultar para a ribalta sectores de uma nobreza obscura e de memória vaga, até então arredados de qualquer aspiração ao exercício do poder. Na sua

¹¹⁵ MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*, p.6.

¹¹⁶ *Idem, Ibidem*, p.8.

¹¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.9.

¹¹⁸ *Idem, Ibidem*.

maior parte jovens, secundogénitos ou bastardos, os nobres apoiantes do partido do Mestre, (...) apoiaram-se na vitória da sua candidatura que, face até ao alinhamento político dos sectores mais tradicionais da nobreza lusitana e seus congéneres, lhes poderia proporcionar uma ascensão política tão rápida quanto inesperada.”¹¹⁹

Isto significa que a cultura de corte, da qual o Infante estaria imbuído, comportaria todo um grau de pragmatismo na obtenção de poder, que justifica a sua atitude, a sua ação, o seu movimento, na obtenção e expansão do seu domínio e influência. No referido artigo, o autor demonstra como desde 1408, com a doação de D. João I da vila de Penela, até ao momento da sua regência em 1439, o Infante vai recebendo, tanto do pai como de seu irmão, todo um conjunto de doações, privilégios e honrarias, sendo quase inexistente um ano em que algo não lhe foi concedido¹²⁰.

Não estamos perante uma multidão de homens que se deixaram engordar pela sua inação. Engordando como ‘bestas’ com a comida e bebida que só comem e bebem por auspiciosa condição da primazia do nascimento. Se alguns ficaram ‘gordos’, e certamente ficaram, foi por celebratória consequência de todos os movimentos que fizeram anteriormente. A velhice também pode contribuir para a gordura que se vai acumulando nos corpos. Aquele que outrora era feroz e ativo, torna-se mais brando e pacato. Nem todos são envoltos pelos deuses e retornam à juventude como o Iolau de Eurípedes. Cícero escreveu que um velho não podendo combater como outrora, deixa-se ficar sentado no senado. No entanto, essa posição pode, e de facto deve, ser utilizada para, “educate and teach our youth”¹²¹. O que pode acontecer pelo seu exemplo. Um exemplo que não tem de ser de uma vida repleta de glória e devoção, como um qualquer Santo, ou Messias *a la* S. Francisco de Assis, ou Jesus Cristo, ou um ditador, ou Imperador *a la* Júlio César, ou Marco Aurélio. Uma época, uma parte da vida, por algum motivo considerada importante, serve de ensinância aos demais –

¹¹⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *Orientações da Cultura da Corte...*, p.89-90.

¹²⁰ MORENO, Humberto Baquero – *O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra*, pp.28-39.

¹²¹ CICERO – *On Old Age*, p.18.

formalmente, numa tertúlia, ou sermão, ou informalmente, numa conversa de circunstância numa refeição, ou caçada. Pois, “The members of the great families did not like to be alone.”¹²² Quando não estamos sozinhos, o verbo acaba por dominar a relação.

“Os ensinamentos que formavam o cavaleiro aprendiam-se imitando e actuando; procediam da acção e do espírito, que não do discurso da razão e do cultivo da mente. O gosto do risco, a paixão da luta, o sentimento da honra, o culto da lealdade foram os principais elementos constitutivos da formação pessoal do cavaleiro, que a um tempo devia ser homem livre e disciplinado.”¹²³

A necessidade e a influência devem ser consideradas como aspetos que convivem numa constante e estreita relação, uma vez que derivam do todo o ascendente gerador do Infante D. Pedro. Assim, se encargos e doações houve que foram concedidos como consequência do seu sangue, a sua prolífica continuidade implica a confirmação da ação do ser em prol de algo, em detrimento do estático. Isto é, traçando um qualquer perfil definidor e justificador da atuação do Infante, necessitamos de entender o seu posicionamento hierárquico, como algo enquadrado num todo social que, embora justifique uma parte do material, doações, privilégios e honrarias, não justifica o todo, visto que um ser estático não atinge a glória da sua existência como mera consequência do seu nascimento. É o movimento, a ação que o impele para a necessidade de entendimento dos planos materiais e espirituais em que se encontra inserido, de forma a definir uma qualquer atuação: “somos ensinados da speriencia”.¹²⁴

“Ninguém nascia cavaleiro, porque pertencer à cavalaria era um honra que se adquiria e não o dom gratuito do berço.”¹²⁵

¹²² CANTOR, Norman F. – *The Last Knight: The Twilight of the Middle Ages and the Birth of the Modern Era*, p.36.

¹²³ CARVALHO, Joaquim – *Obra Completa: História das Instituições...*, pp.411-412.

¹²⁴ PEDRO, Infante de Portugal – *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, p.264.

¹²⁵ CARVALHO, Joaquim – *Obra Completa: História das Instituições...*, pp. p.412

Isto significa que, embora, não possamos sustentar como certa a sua pretensão da criação de um núcleo de domínio e influência telúrico desde cedo, ou melhor escrevendo, desde o testemunho da primeira doação, a verdade é que ele existe sob a forma do Ducado de Coimbra (pós 1415). As indagações de Baquero Moreno permitem sustentadamente supor a existência do que, pelo menos, podemos considerar como um anseio pela materialidade em torno de um espaço, que com a sua ação junto do sólio, veio a chamar de seu, aquando da sua chegada a Portugal de Ceuta.

“Nos séculos XIV e XV (...) tornaram-se frequentes as investiduras como que em promoção, após os feitos relevantes de uma guerra, quando não no próprio campo de batalha. Os Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, que acompanharam D. João I na expedição a Ceuta, foram por este armados cavaleiros após a conquista da cidade; cada um dos quais, por seu turno, investiu na cavalaria os fidalgos «de sua quadriga», na expressão de Gomes Eanes de Zurara.”¹²⁶

De mais a mais, a sua atuação no território como Duque foi de inicial expansão e constante afirmação da sua presença e estabilização do seu domínio, como atesta a sua intensa atividade epistolar com a Câmara de Coimbra.¹²⁷ Naturalmente, foi este conjunto de movimentações que, em parte permitiu assegurar a obtenção da regência do reino:

“No período situado entre 19 de Dezembro de 1438 e 6 de Setembro de 1439, deparamos com o Infante D. Pedro associado a Dona Leonor na regência do reino. Verificada a ruptura no precário acordo político celebrado entre os dois cunhados, o duque de Coimbra toma a direcção da capital do seu ducado com o propósito de recrutar o seu exército particular. Com o auxílio militar de seu aliado, o abade de Alcobaça, D. Estêvão de Aguiar, avança sobre Lisboa que alcança em 30 de Outubro do mesmo ano. Proclamando no primeiro dia de Novembro, na

¹²⁶ CARVALHO, Joaquim – *Obra Completa: História das Instituições...*, p.413.

¹²⁷ *Idem, Ibidem*, pp.33-35.

Sé de Lisboa, regedor e defensor do reino, ver-se-á confirmado nas cortes de Lisboa em 10 de Dezembro de 1439.”¹²⁸

Não podemos entender a sua existência somente como coisa singular, mas antes, como coisa que tende a evidenciar a sua singularidade e se compreende como parte de uma árvore em contínuo crescimento, da qual ele não é o primeiro ou principal ramo, mas cujo desenvolvimento pretende. Este último ponto é por demais evidente no casamento de sua filha com o sobrinho D. Afonso V e a obtenção da tutoria do mesmo, aquando da sua regência. A continuidade do aumento do seu ramo secundário (?), metamorfoseado em principal pela união do sangue. Não obstante, encontramos um paralelismo do Infante com os aristocratas mencionados por João Gouveia Monteiro, os quais, sendo filhos secundogénitos, tiveram de encontrar uma solução para prosperar. Contudo, temos de ponderar a sua condição de realeza como fator diferenciador dos referidos aristocratas, enquadrada dentro de um plano de educação de corte promulgada por D. João I. Educação associada a uma noção de controlo unificador, pois “os nobres são um grupo social tão poderoso quanto reduzido. (...) [além de] extremamente heterogéneo.”¹²⁹

4.1.1. Figuras Influentes

A questão relativa à influência não deve ser entendida como um facto somente externo, mas como tendo uma componente igualmente interna. Isto é, o sangue do Duque de Coimbra conta uma história que demonstra um conjunto de exemplos que se enquadram num todo justificativo dos seus atos. Temos de compreender os ramos dos quais o Infante brotou, para o entendermos a ele. Portanto, de seguida evidenciaremos figuras que consideramos como influentes para o Infante, ‘desconstruindo’ as várias células desse sangue.

¹²⁸ *Idem, Ibidem*, p.39.

¹²⁹ *Idem – Configuração Social*, p. 441.

D. Filipa de Lencastre, como anteriormente disemos, teceu uma forte influência na corte Joanina e consequentemente na educação dos seus filhos, embora não sejam abundantes as provas neste ponto:

“...a infância e a juventude de todos os infantes escapam-nos.”¹³⁰

Este poder e influência não seriam uma novidade, tendo surgido no seio familiar, ou na corte aristocrática em que a rainha foi criada, em Inglaterra, com o seu pai, John of Gaunt, que beneficiou e promoveu artistas no seu íntimo:

“In prose, poetry or stone, his legacy endures. He was the ‘cat of the court’ in *Piers Plowman*, the Black Knight in Chaucer’s *Book of the Duchess*, and Old Gaunt, the bereft, ageing uncle in Shakespeare’s history play, *Richard II*: it is thought that Shakespeare himself played the role of John of Gaunt in the early seventeenth century. Gaunt not only featured in literature but patronised it. He was known to have supported, even befriended, Chaucer – who late in life became his brother-in-law – keeping him employed by the royal household during both Edward III’s and Richard II’s reigns, and it is possible that the epic poem *Sir Gawain and the Green Knight* was commissioned by Gaunt around 1375. The astrologer Nicholas of Lynn dedicated his ‘*Kalendarium*’ to John of Gaunt in 1386, suggesting an interest in science and astrology, as well as literature and art.”¹³¹

É costume antigo admitir artistas no seio de um séquito. Advém de várias necessidades e estratégias simbólicas de poder, que um qualquer senhor vai experimentando ao longo da sua vida. O mais básico será, naturalmente, o entretenimento. Quão prazerosa não é uma mesa, na qual se come e bebe quando alguém, por ágil domínio do verbo, recita versos compostos para o efeito, ou umas quantas linhas de uma obra afamada! Uma conversa apoquentada o espírito e estimula a razão, levando ao riso, ou à reflexão. Em parte, é de reduzida importância se aquele que age como um mecenas toma parte ativa na discussão, na tertúlia que se gera em torno da mesa e da lareira.

¹³⁰ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte...*, 2007, p.38.

¹³¹ CARR, Hellen – *The Red Prince...*, p.8.

Tendo proporcionado momento, ou todo o conjunto de momentos, é revestido de faustosa lisonja. Por isso, pouco importa se o senhor tem, ou não, verdadeiro interesse na discussão, nos versos, ou mesmo na arte, como teria acontecido na célebre *Academia do Palácio*, de Carlos Magno. O que nos leva às restantes necessidades. A passagem do tempo dissipa a memória, ofusca-a por entre a névoa do esquecimento. Qual a origem do anseio por um grande feito? A glória. Qual a origem da necessidade da glória? A vontade de ascensão social, política e económica; e de se ser imortal. A qual pode ser imediata ou progressiva, ao longo de gerações. De que serve um grande feito, ou um conjunto de grandes feitos de um homem, ou de uma linhagem, se correm o risco de serem esquecidos? O que seria dos feitos do “divino Aquiles de pés velozes”¹³² se não tivéssemos a *Ilíada*? De “Odisseu de mil ardis”¹³³, se não tivéssemos a *Odisseia*? O que saberíamos sem Homero, “o educador da Grécia”¹³⁴? O que saberíamos do destino de Agamémnon sem Ésquilo? De Ajax sem Sófocles? Dos Heraclidas sem Eurípedes?

O patrocínio de um artista promove a glorificação da família, da linhagem e consequentemente do senhor em questão. É uma questão relativa ao tempo. Uma forma de eternizar o que é mortal por natureza, por entre uma mitificação glorificadora, apoteótica. Mas há também uma relação com a glorificação contemporânea, sendo que, por exemplo, um poema, ou uma narrativa, ao estilo da época, são formas atrativas de entretenimento, facilmente ‘digeríveis’ por um público letrado, dispersando-se pelas estradas do mundo. O mecenas pode, então, por este meio, como que “educar” o leitor ou ouvinte na sua fama e prestígio.

“A concepção do poeta como educador do seu povo – no sentido mais amplo e profundo da palavra – foi familiar aos Gregos desde a sua origem e manteve sempre a sua importância.”¹³⁵

¹³² HOMERO – *Ilíada*, p.31.

¹³³ HOMERO – *Odisseia*, p.97.

¹³⁴ PLATÃO – *A República*, p.475.

¹³⁵ JAEGER, Werner – *Paidéia: A formação do Homem Grego*, p.61.

De certa forma, isto é uma evidência de como o pensamento grego perdurou por entre a medievalidade, embora com óbvias mutilações de ideal e conceptualização.

Nem todos têm do seu lado as Musas para cantar os seus ilustres feitos, tendo jeito para empunhar uma espada, ou uma lança debaixo do sovaco enquanto avançam ferozmente, num corcel, contra o inimigo. Por isso, fazem uso inteligente da pena de outro. Similarmente a John of Gaunt, o seu neto, o Infante D. Henrique, fez uso direto deste método, como podemos observar na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Zurara, no qual é assumida e exageradamente exaltado. O Infante D. Pedro não desdenhou desta influência, orientando-a num sentido diferente, mas mantendo seu o espírito. Pelo próprio punho compôs as obras. Embora com o apoio assumido de outrem, nomeadamente de Fr. João Verbana composição da *Virtuosa Benfeitoria*. O simples facto de o ter feito já é em si um ato digno de glória aos olhos dos outros, talvez maior, do ponto de vista dum seu contemporâneo, do que o uso corrente da utilização da pena de outrem. Pois tal implica a materialização de uma conceção na qual está presente a plenitude do Homem:

“orador de discursos e fazedor de façanhas.”¹³⁶

Outro vulto cuja importância não podemos descartar é a régia figura paternal do Duque de Coimbra. D. João I afamadamente conseguiu sentar-se num trono que não era legitimamente seu. Foi um bastardo de D. Pedro I, que pela espada e ardil, criou, ou forçou a criação da sua legitimidade, do seu direito ao trono. Aproveitando um clima intenso de instabilidade política, jogando com a oposição entre fações, fazendo promessas, angariando fidelidades e acabando por “subir ao trono em conflito com outros pretendentes, porventura mais legítimos”.¹³⁷

O avô materno do Duque de Coimbra, John of Gaunt, teve similares pretensões relativamente ao trono castelhano:

¹³⁶ HOMERO – *Ilíada*, p.192.

¹³⁷ DUARTE, Luís Miguel - *D. Duarte*, 2007, p.38.

“a craving for kingship that later resulted in Gaunt’s relentless twenty-year pursuit of Castile.”¹³⁸

Embora, no seu caso, a questão da legitimidade não se colocasse, pois, supostamente:

“he was the rightful King of Castile,”¹³⁹

tendo em consideração o seu estratégico casamento com a filha de Pedro I de Castela, Constança.

“He was tempted by the opportunity to become King of Castile through Pedro’s daughter, Constance.”¹⁴⁰

John of Gaunt estava convencido de que

“he would finally take Castile and establish himself at the head of a powerful continental dynasty.”¹⁴¹

Todo o conjunto de movimentações de John of Gaunt em prol da obtenção da coroa Hispânica revelaram-se infrutíferas. Como é sabido, não teve sucesso na sua empresa e o seu desígnio foi gorado. Devemos, igualmente, ter em consideração o crescimento e a educação do avô materno do Duque de Coimbra, pois, sendo filho secundogénito,

“John of Gaunt fits uncomfortably in the historical narrative: the son of a famous King, the brother of a famous war hero. That brother, the Black Prince, is renowned for his victories on the battlefield yet Gaunt – the Red Prince – is marginalised for his. John of Gaunt has stood in the wings, but not taken centre stage: his life has been the sub-plot (...).”¹⁴²

Estamos perante dois casos familiares ao Infante D. Pedro. Um de sucesso e outro de insucesso. Um Agamémnon que alcançou o seu desejo de conquistar Troia e um Páris que viu furtadas as suas intenções. Não obstante, estas são duas figuras de relevo, cujo

¹³⁸ CARR, Hellen – *The Red Prince...*, p.38.

¹³⁹ *Idem, Ibidem*, p.153.

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p.86.

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*, p.pp.151-152.

¹⁴² *Idem, Ibidem*, p.7.

espírito é altamente influente para um jovem cavaleiro. O movimento, a ação em prol da criação da aspiração de um trono, independentemente da ilegitimidade determinada pela natureza do nascimento, como filho secundogénito. A legitimidade age em conformidade com o direito, e o direito em prol da harmonia produtora do bem-estar que é o “bom”. Mas a força pode moldar a legitimidade, criando uma ação que altera o bom. Tal como disse Nietzsche:

“O juízo «bom» não emana daqueles a quem se prodigalizou a «bondade». Foram os próprios «bons», os homens distintos, os poderosos, os superiores que julgaram «boas» as suas acções; isto é, «de primeira ordem», estabelecendo esta nomenclatura por oposição a tudo quanto era baixo, mesquinho, vulgar e vilão.”¹⁴³

Obviamente, o Infante não conheceria as obras do filósofo alemão, que caminhou por entre um mundo de fumo de locomotivas e cigarros. No entanto, o seu pregão está de acordo com o espírito prático da época medievla. A força impõe a legitimidade e assegura o domínio do utilizador no estabelecimento da sua vontade sobre os demais, em prol da criação de uma harmonia produtora do “bem”, que só ele, munido da singularidade da sua essência e da prodigalidade da sua ascendência, pode criar. A questão será encontrar os meios que permitam pelo ardil, pela manha e sacrifício obter a força, o poder. Neste sentido, a paráfrase de Maquiavel, cuja popularidade a tornou num mal-afamado adágio popular, “Os fins justificam os meios”, adequa-se ao contexto medieval em que o Duque de Coimbra viveu.

Um olhar mais atento à atuação de D. João I reforça a existência deste pensamento.

“era filho ilegítimo: nem a *verve* de um jurista, nem a fortuna das armas, nem mesmo a boa vontade celeste, poderiam alguma vez apagar essa realidade.”¹⁴⁴

Entendendo isto, o *Mestre* que se fez Rei pela espada e ardil, ou manha, fez uso de “todos os instrumentos, agentes e cenários de propaganda para afirmar o seu poder”¹⁴⁵ de forma a “dar mostras da sua contínua e apaziguadora onnipresença e

¹⁴³ NIETZSCHE, Frederico - *A Genealogia da Moral*, p.19.

¹⁴⁴ DUARTE, Luís Miguel - *D. Duarte...*, 2007, p.44.

¹⁴⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I...*, 2008, p.322.

perenidade”¹⁴⁶. Na sua adaptabilidade tática, o monarca entendeu que “os mecanismos de representação, propaganda e memória régia”¹⁴⁷ são “particularmente vitais em épocas de crise, déficit de legitimidade do poder e consequente premência em assegurar a sucessão.”¹⁴⁸

O poder advém da força. Mas a força não é somente corporal. A retórica em todo o seu aparato, a estética e a opulência devem ser meios utilizados para aliciar e vergar o outro ao eu. Por mais poderoso que seja, um Homem sozinho nada faz, necessita de apoios. Angariar lealdades e devoções é uma inevitabilidade, pois somente assim pode surgir um cenário idílico de não oposição. Mas sendo que historicamente o idílico é como um sonho que quase nunca se realiza, num sentido mais prático, o objetivo seria angariar apoios de forma a criar uma estrutura autorrepressiva da oposição. Isto é, os agentes ao serviço do monarca, por uma lealdade, benefício, devoção, amor, ou medo, reprimem, por iniciativa própria, a oposição, sem necessidade de ordem, ou ação da coroa, mas em seu nome. A realeza é o centro e a vida é o movimento em prol da sua glorificação.

“D. João, o Mestre que ascendeu a rei (...) soube fazer da corte um espaço controlado e regulado da exibição do poder régio, que tinha no rei, na rainha e nos infantes os seus principais actores e mentores. Redimensionando a vida cortesã na sua convivialidade quotidiana ou festiva, pautando-a por um cerimonial e etiqueta adequados, fazia divulgar a partir desse centro o *exemplum* a seguir. Apresentava o ideal da doutrina moral, política e cultural que queria ver espelhado nos seus súbditos mais próximos, reprodutivo modelo para outras clientelas e espaços.”¹⁴⁹

A união da espada e da pena. O sangue e o argumento. A façanha e a oratória. D. João I triunfou no uso de ambos. A eficácia do seu pragmatismo não esteve em fazer esquecer, em apagar – a inutilidade de um qualquer tipo de *damnatio memoriae* é

¹⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

visível, basta pensarmos em Nero – mas em saber manipular e controlar. Pragmatismo extremado, se considerarmos a utilização dos seus filhos como mais uma parte do mecanismo que estava a criar para a sua legitimação, sendo que “não nos repugna acreditar que D. João I tenha acolhido esta criança [D. Duarte] com uma alegria mais viva do que sentira aquando do nascimento dos seus anteriores três filhos”¹⁵⁰, pois assim, pôde “colocar a pedra definitiva sobre a mancha incómoda da ilegitimidade original.”¹⁵¹ Não colocamos em dúvida a existência do amor filial, apenas afirmamos a utilização dos filhos como parte integral da legitimação da sua coroa. Com o exemplo do avô, do pai e da corte, estranho seria se tal não tivesse tido influência em D. Pedro. Além disso, temos de ter em consideração que, tal como encontramos na obra *The Travels of Infante Dom Pedro*, o facto de o Infante ser filho segundo não o impediria de se tornar em filho primeiro e legítima e involuntariamente herdar o trono português. Sobre todos os homens paira, como sempre pairou, a sombra da mortalidade. Ou seja, em caso de morte do irmão, D. Duarte, D. Pedro seria o natural sucessor do pai (afinal, Duarte já era uma segunda ‘solução’; a primeira fora o infante D. Afonso, falecido com cerca de dez anos). Uma morte natural não seria estranha, sendo uma banal ocorrência no mundo medieval, pelos mais variados motivos. Afinal, “as leis da demografia do Antigo Regime eram implacáveis”.¹⁵²

Este pensamento não só seria fruto da mente do Duque de Coimbra, como igualmente de D. João I, que preocupado *in extremis* em assegurar uma sucessão qualificada, como já mencionámos, financiou as viagens do filho, como forma de este desenvolver as suas capacidades e conhecimentos políticos, além-fronteiras:

“Pedro was the second son. In the normal course of events his older brother would inherit the throne; and Duarte’s son – if there was one – would in turn succeed him. Pedro would share the fate of second sons. Duarte, however, was a bachelor in 1425, (...) Pedro set out to complete his education in the full

¹⁵⁰ DUARTE, Luís Miguel - *D. Duarte...*, 2007, p.39.

¹⁵¹ *Idem, Ibidem.*

¹⁵² *Idem, Ibidem*, p.37.

knowledge that, if Duarte should die, he would occupy the throne. In the event Duarte should come to reign, he was as yet unmarried. Even if he married, he might not have children. The announcement of Duarte's wedding was therefore of the greatest significance for Pedro."¹⁵³

Luís Miguel Duarte escreve sobre a visão da vida que D. Duarte poderá, eventualmente, ter tido aquando da morte de D. Afonso, quando “andaria pelos dez anos”¹⁵⁴, sendo que “este acaso da vida pode ter influído poderosamente na sua percepção dessa mesma vida, do seu destino pessoal”¹⁵⁵. O mesmo poderá ter sentido o Infante D. Pedro, entendendo que tal lhe poderia suceder. Por vezes, a tragédia é como o bafo divino que sopra a fortuna. Tudo isto reforça o anseio do Infante na obtenção de um trono (que o Infante D. Henrique terá igualmente sentido, sem o esconder).

Devemos aprofundar um pouco mais a problemática das viagens, pois, além do que mencionámos,

“The thirty-two-year-old Pedro's main purpose in travelling was to gain knowledge and experience in international affairs. His itinerary was designed to achieve this goal and also accomplish those subsidiary missions which burden every traveler: visits to relatives, delivery of messages, gifts for those remaining at home, and – for the bachelor – search for the right woman.”¹⁵⁶

Há que ter em consideração que o Infante não foi o primeiro a realizar viagens. Atendendo ao Itinerário original das suas *Sete Partidas*, como ficaram conhecidas, percebemos que seguem uma certa tradição familiar, o que demonstra como esta influência perdura na sua ação:

“There was a tradition within Pedro's immediate family and entourage of such pilgrimage travel. His English uncle, Henry of Bolingbroke, Earl of Derby, left

¹⁵³ ROGERS, M. Francis - *The Travels of Infante D. Pedro...*, p.25.

¹⁵⁴ DUARTE, Luís Miguel - *D. Duarte...*, 2007, p.44.

¹⁵⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁵⁶ ROGERS, M. Francis - *The Travels of Infante D. Pedro...*, p.23.

Venice at the end of December 1392 (he became king in 1399), sailed to Palestine, and returned to Venice three months later.”¹⁵⁷

D. Pedro acabou por não viajar até a Terra Santa, tendo, neste caso, somente ‘partilhado’ Veneza.

“The wisely planned itinerary is a guide, not a taskmaster, and Pedro’s was flexible.”¹⁵⁸

É importante verificar como o seu roteiro foi pensado, segundo parâmetros que não são originais, mas uma espécie de decalque do que anteriormente já teria sido feito por membros do seu seio familiar. Tendo sido continuado por outros, após o regresso do Duque de Coimbra:

“The next nobleman to make pilgrimage did so at Pedro’s expense.”¹⁵⁹

Além da aquisição de conhecimento e dos vários *affairs* incumbidos pela coroa, tal como menciona Rogers¹⁶⁰, temos também de aludir à relação entre o Infante D. Pedro e as suas interações com o Imperador Sigismundo. A qual devia ser bastante apreciada pelo Infante, tendo em consideração o fausto de que revestia o seu nome e as possibilidades daí advindas relativas à dilatação da sua esfera de influência. Por isso:

“For exactly two years, therefore, the Portuguese prince served under the orders of the King of the Romans, travelling, observing, and fighting in Hungary and in what we now know as Rumania.”¹⁶¹

Aqui podemos denotar a visão ideológica do Infante e como esta, em parte, orienta a sua ação, na luta contra o “Infie”, sendo mesmo descrito como “a prince very anxious to obtain greater gains for Christendom.”¹⁶².

¹⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p.23.

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem*.

¹⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p.24.

¹⁶⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 20 e ss.

¹⁶¹ *Idem, Ibidem*, p.41.

¹⁶² *Idem, Ibidem*, p. 42.

Estando o Duque de Coimbra ao serviço do Imperador, D. Duarte diz-nos, no *Leal Conselheiro*:

“O iffante dom Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmaao, posto que fosse no reyno dUngria com pequena teençom de tornar a esta terra (...)”¹⁶³

Isto poderá estar, em parte, relacionado com o tratamento que o Infante recebeu e enfim ocorreu durante a totalidade das suas viagens:

“Through his travels Pedro played the role of an extremely important personage. Second son of the King of Portugal, a hero, in good health, he may have encouraged the conclusion that he would eventually rule. His successive hosts and hostesses may have labored under the impression they were honoring the next King of Lusitania.”¹⁶⁴

Naturalmente que a hipótese de engrandecer o seu ser, de forma real e aparente, é algo mais simples de ocorrer longe do mundo cortesão português, onde a sua posição, por consequência do nascimento, não é a mais elevada, estando na sombra constante do pai e do irmão. Por entre reinos estrangeiros há sempre a possibilidade de um sorriso sorrateiro, um momento de silêncio, uma frase ambígua, criarem a ilusão de uma grandeza que de facto não seria real. Enfim, o arдил ao serviço da vontade de poder e influência – as pisadas de D. João I. Contudo, isto não impede o Infante de revestir a sua voz de autoridade, quando direcionada para Portugal:

“Além de rico, experiente e culto, o infante D. Pedro era homem interessado nas coisas do País. (...) Aos 33 ou 34 anos de idade tinha ideias precisas sobre como governar Portugal. É ver a carta que escreveu de Bruges ao irmão co-governador e futuro rei, em 1425 ou 1426. É uma carta-manifesto de homem de Estado, com opiniões seguras sobre política eclesiástica, cultural, militar, judicial, financeira e social. Opiniões muito modernas para o tempo. Sobrepõe a

¹⁶³ DUARTE, Rei de Portugal – *Leal Conselheiro*, p.177.

¹⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p.59.

utilizada do País e o progresso das populações às prosápias cavaleirescas e aos interesses privados.”¹⁶⁵

A Carta de Bruges é um documento em que o Infante revela a autoridade através da experiência, contendo um tom de subtil superioridade, perante o irmão, independentemente de este ser o verdadeiro herdeiro do trono. Por isso, podemos entender como as viagens têm necessariamente de ser incluídas na construção da imagem do Duque de Coimbra, pois com elas, pode construir uma noção de *auctoritas*.

4.2. Zurara e a Questão da Hierarquia

“Chivalry was the essence of nobility, a man’s true worth could be only proved in battle.”¹⁶⁶

Um rei ergue-se por entre sangue como cavaleiro e, por consequência, o mesmo acontece com a sua linhagem. O sangue legitima, o sangue valida, o sangue glorifica.

“The fundamental principle underlying all justifications of war, from the point of view of human personality, is 'heroism'. War, it is said, offers man the opportunity to awaken the hero who sleeps within him. War breaks the routine of comfortable life; by means of its severe ordeals, it offers a transfiguring knowledge of life, life according to death. The moment the individual succeeds living as a hero, even if it is the final moment of his earthly life, weighs infinitely more on the scale of value than a protracted existence spent consuming monotonously among the trivialities of cities. From a spiritual point of view, these possibilities make up for the negative and destructive tendencies of war, which are one-sidedly and tendentiously highlighted by pacifist materialism. War make one realise the relativity of human life and therefore also the law of a 'more-than-life', and thus war has always an anti-materialist value, a spiritual value.”¹⁶⁷

¹⁶⁵ SOUSA, Armino – *Regência do infante D. Pedro (1439 a 1448)*, p.503.

¹⁶⁶ STEPHENSON, Carl – *Medieval Feudalism*, p.58.

¹⁶⁷ EVOLA, Julius – *Metaphysics of War: Battle, Victory & death in the World of Tradition*, p.21.

Gomes Eanes de Zurara, na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, demonstra a consciência da superioridade da realeza perante os restantes, quando os Infantes, ainda antes do projecto de Ceuta, e sabendo dos planos festivos de D. João I para os armar cavaleiros, conscientes da “alteza do sangue que tinham, posto que esto feito a outros alguus parecesse grande a eles pareço muy pequeno.”¹⁶⁸ A consciencialização do eu como superior ao outro, mas não independente na sua totalidade. O outro como necessário para a elevação do eu. As partes que formam uma totalidade impregnada duma natural complementaridade.

“Um outro exemplo de como a questão hierárquica estaria presente na noção ideológica da família real pode ser observado numa carta do Infante ao seu irmão D. Duarte, relativa à problemática da amizade: “pareçe me ajnda senhor que o nome d amyzade requere jgoaldança nas pesoas e cada hu uerdadeyro amiguo deseja de igoalar seu amiguo em benfeitorjas e agardecymentos e ajnda vence lo em ysto se poder pois a desigoalança he tam grande antre senhor e serujdores que pareçe que nom cabe antre eles comparação deshy as benfeitorias dos senhores são muy grandes aos serujdores. E as mayores que jgoalmente fazem os seruydores são muy pequenas a seus senhores, e quando praz aos senhores açerca d algus mostrar quanto som poderosos em bem obrar fazendo lhes grandes merçes e avendo lhe syngular afeiçom que terom estes serujdores // Com que conhecer a seus senhores eu non sey al senon aparelharem os corpos e as uontades a serem sempre seus e morrerem por eles. e porque todo esto he diujdo per razom do bom e direito senhorio a mym pareçe que nome d amigos antres eles non pode Caber,”¹⁶⁹

Não há igualdade entre os Homens. Todos são diferentes, tendo em consideração as suas condições e consequentemente, os seus diferentes direitos e deveres.

Deste modo, surgem sustentadas as ditas “pretensões literárias” do Infante D. Pedro, como um seguimento das de seu pai e de seu irmão, não devendo ser encaradas, pelo

¹⁶⁸ ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*, p.19.

¹⁶⁹ DUARTE, Rei de Portugal – *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, p.88.

menos neste caso, como literárias em si, mas antes como pretensões condicionadoras e promulgadoras de uma determinada forma de ação envolvida numa contextualização hierárquica, cuja comum analogia morfológica “tornava prioritária a função da «cabeça» (isto é, da administração central, do poder régio) em relação à de todas as outras partes (ou membros)”¹⁷⁰.

Este plano cultural a cumprir beneficiou naturalmente o Infante, que lhe deu uso, colocando-o, *a priori*, num patamar mais elevado do que a aristocracia, “rival” somente de seus irmãos e pai mas, como temos vindo a escrever, isto não implica uma negação da necessidade do apoio de todos os patamares da esfera social. Há todo um trabalho que este empreende, do qual a questão literária e intelectual é uma importante componente, como forma de obter a dita vasta esfera de influência e domínio que lhe será útil na obtenção de poder, da qual a regência foi o corolário.

4.3. Pretensões Literárias

É neste meio que o Infante D. Pedro vai concebendo o seu trabalho de solucionador e desvendador de problemáticas. O estudo das letras como forma de desenvolver e ordenar a razão, impulsionado por um desejo de cumprir o seu pensamento. A sua afirmação como um conhecedor das ideias, como um ser sapiente, proporciona-lhe um carácter de simultânea reverência e respeito, proporcionadores do poder.

Tais considerações podem ser fundamentadas na Carta-Dedicatória ao então ainda Infante D. Duarte, presente no seu *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, obra inspirada no *De Beneficiis* de Séneca, pela sua extensão e liberdade de tradução, de tal forma que se tornou uma obra por si mesma, e na Dedicatória ao irmão, presente no *Livro dos Ofícios*, tradução do *De Officiis* de Cícero, onde se evidencia a necessidade de aprofundar o conhecimento não só do texto em si, como da temática em questão, numa relação prática.

¹⁷⁰ MONTEIRO, João Gouveia – *Orientações da Cultura da Corte...*, p.92.

4.3.1. Notas de Tradução

De forma a compreendermos a questão literária, iremos proceder inicialmente a uma análise comparativa entre a *Nota de Tradução* do aparente Monge Anónimo de Alcobaça, presente na sua tradução da obra de Pseudo-Agostinho, *Soliloquio de Sancto Agostinho* (*Soliloquia Animæ ad Deum*) e a *Carta-Dedicatória* a D. Duarte do Duque de Coimbra, presente na sua tradução da obra de Cícero *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram* (*De Officiis*), com o intuito de estabelecer as diferenças e semelhanças relativas ao discurso sobre a tradução. Consequentemente, pretendemos avaliar o conhecimento da prática de tradução do Infante, sendo que ambas as obras terão sido elaboradas no século XV, durante os reinados de D. João I e D. Duarte. O *Livro de Solilóquio* terá sido composto no 1º quartel, sendo anterior a 1433¹⁷¹ e o *Livro dos Ofícios* terá sido composto entre 1433-1438¹⁷². De seguida, veremos a *Carta-Dedicatória* a D. Duarte, presente na obra *Virtuosa Benfeitoria*.

Principiemos com o estabelecimento dos respetivos tradutores, escrevendo que o *Livro dos Ofícios* foi traduzido pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e, embora dúvidas tenham surgido quanto à efetiva autoria da tradução, Joseph Piel, nos comentários à sua edição da dita obra, revela-nos como tal dúvida foi devidamente ultrapassada e, senão definitivamente estabelecida, pelo menos devida e solidamente sustentada. No que concerne ao *Livro de Solilóquio*, a via é algo mais sinuosa.

Resumidamente, podemos escrever que os traços gerais desta problemática têm a sua génese com Maria Adelaide Valle Cintra, que se refere ao tradutor somente como monge alcobacense ou tradutor anónimo¹⁷³; no entanto, após consulta do manuscrito descrito pela Autora, no qual se encontram as obras *Horto do Esposo* e *Solilóquios de Santo Agostinho*, verificamos que existe um fólio que não é mencionado – a capa, com

¹⁷¹ CINTRA, Maria Adelaide Valle – *Livro de Soliloquio...*, p.IX.

¹⁷² CÍCERO – *Livro dos Ofícios...*, p.2.

¹⁷³ CINTRA, Maria Adelaide Valle – *Livro de Soliloquio...*pp. IX-XXII.

letra do século XVIII. Ou seja, posterior à elaboração do códex, do séc. XV, onde é revelado um nome, Hermenegildo de Tancos, como sendo o autor e tradutor:

“(...) ...Horto do Espozo (...) / por **Fr. Hermenegildo de Tancos** / Monge Alcobacense. / **Soliloquios de S. Aug.^o traduzidos pelo / mesmo Monge** (...)”¹⁷⁴

Sobre Hermenegildo de Tancos, Diogo Barbosa Machado, na sua *Biblioteca Lusitana*, escreve:

“Fr. HERMENEGILDO DE TANCOS cujo apellido denota a Villa da Comarca de Thomar, que lhe deu o berço. Foy Monge Cisterciense em o Real Convento de Santa Maria de Alcobaça onde se exercitou nas próprias do seu Estado monacal. Escreveo. / Vidas, e Sentenças dos Santos Padres. / Horto do Espozo / Varias Oraçoens devotas. / Todas estas obras M. S. se conservão, em folha no Archivo de Alcobaça.”¹⁷⁵

Não é mencionada qualquer referência ao labor de tradução do dito monge ou qualquer referência ao *Livro de Soliloquio*; contudo encontramos uma referência ao *Horto do Esposo*, obra que tradicionalmente se atribui a autor anónimo e, sobre isto, escreve Raúl Fernandes:

“A um dos manuscritos do Orto do Esposo foi acrescentada, em data desconhecida, uma folha que atribui a autoria do livro a Frei Hermenegildo de Tancos, do Mosteiro de Alcobaça, informação registada em 1742, na Bibliotheca Lusitana de Diogo Barbosa Machado.”¹⁷⁶

¹⁷⁴ Horto do Esposo Christo Jezu edificado de muitos exemplos para instrução, e recreação das Almas por Fr. Hermenegildo de Tancos, Monge Alcobacense – Soliloquios de S. Aug.^o Traduzidos pelo mesmo Monge. e Itálicos e negritos introduzidos por nós.

¹⁷⁵ MACHADO, Diogo Barbosa Machado – *Bibliotheca Lusitana: Historica, Crística, e Cronologica. Na qual se compreende a noticia dos authores portuguezes, e das Obras que se compuzeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo prezente*, p.457.

¹⁷⁶ FERNANDES, Raúl Cesar Gouveia – A Pedagogia da Alma no Orto do Esposo. In MONGELLI, Lênia Márcia (Coord.) – A literatura doutrinária na corte de Avis. In PIMENTEL, Antonio Marcos Gonçalves (2009), *O Monge a Irmã e o Orto do Esposo*. São Paulo: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 97.

Fr. Fortunato de S. Boaventura coloca mesmo em questão a existência do dito Fr. Hermenegildo, alegando que “se porventura existiu, foi apenas o copista”¹⁷⁷.

Fica então a dúvida relativa à autoria da tradução; no entanto, indubitavelmente temos de evidenciar a existência de um novo dado associado ao *Livro de Solilóquio*, um nome, mas sobre este assunto nada mais escreveremos, sendo que o consideramos como merecedor de um estudo *de per se*.

Outra questão que devemos ter em consideração é relativa aos autores das obras em si, de forma a podermos estabelecer uma formulação comparativa entre as escolhas dos tradutores. Sobre o *Livro dos Ofícios*, pouco poderemos escrever, sendo que desde a sua composição, não há dúvidas relativas ao autor, o romano Marco Túlio Cícero; no entanto, o *Livro Soliloquio* continua a suscitar uma compreensão enigmática, pois, tal como escreve Adelaide Cintra:

“A obra, que logo no início do manuscrito aparece intitulada «livro de soliloquio de Sancto Agostinho» e que durante muito séculos foi julgada da autoria do bispo de Hipona, não é mais do que uma versão portuguesa dos «soliloquia animae ad Deum», apócrifo do século XIII, de estilo acentuadamente agustiniano e que como tantos outros foi atribuído ao grande padre da Igreja para lhe conferir autoridade.”¹⁷⁸

Estamos perante uma espécie de logro, na qual um qualquer autor, de forma a validar a sua obra, a conferir-lhe autoridade, faz-se passar por um dos mais afamados padres da Igreja. O exemplo mais célebre é o do Pseudo-Dionísio, o Areopagita. Então não é demais pensar que o monge tradutor de que nos ocupamos, ao fazer a tradução pensasse que a obra seria realmente de Santo Agostinho e não um qualquer apócrifo. Esta afirmação é sustentada no facto de após o século XV a obra ter sido novamente publicada como sendo um texto Agostiniano:

¹⁷⁷ PIMENTEL, António Marcos Gonçalves – *O Monge, a Irmã e o Orto do Esposo*, p.97.

¹⁷⁸ CINTRA, Maria Adelaide Valle – *Livro de Soliloquio...*, p. XI.

“Como obra autêntica de Santo Agostinho foi novamente traduzida e publicada no século XVIII: *Solilóquios Devotos que compôs o glorioso Doutor da Igreja S. Agostinho bispo de Hipona, traduzidos da Língua Latina na Portuguesa*. Lisboa, 1784. Ainda há muito poucos anos lhe foi atribuída na tradução do p.e Sena Freitas: Santo Agostinho: *Solilóquios*. Porto, 1944.”¹⁷⁹

Atentemos que embora o texto original latino seja de facto um apócrifo elaborado no século XIII, a conceptualização da tradução assenta num ideário que remonta aos séculos IV/V, ou seja, aquando da vida de Santo Agostinho. Este entendimento transposicional que temos de considerar leva-nos a examinar as duas obras como provenientes de séculos recuados, embora não iguais, ainda em tempos do Império Romano. Devemos questionar o porquê da escolha destas obras e se ambos os tradutores expressam, para tal, motivações de índole moral e virtude; podemos também acrescentar que as suas existências derivam, em grande medida, de modas intelectuais e/ou literárias, que levaram ao labor por encantamento. Relativamente ao *Livro de Soliloquio*, Cintra escreve:

“Durante a Idade Média teve uma grande difusão não só em latim como em várias línguas românicas, como o demonstra a existência, a par da versão portuguesa, de, pelo menos, uma versão italiana e outra em francês do século XV.”¹⁸⁰

Relativamente ao *Livro dos Ofícios*, Piel escreve que antes de o Infante D. Pedro iniciar o seu labor já existiria uma versão “em castelhano, da mesma obra ciceroniana, feita pouco antes por Alonso de Cartagena, futuro bispo de Burgos.”¹⁸¹ Além disso, existiria ainda outra versão da obra “catalã de um franciscano Nicolas Quils, feita ainda no século XIV.”¹⁸² Estas considerações sustentam a afirmação do encetamento do labor por uma derivação da moda da época, algo que não é único ou singular no contexto

¹⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p. XI (Nota de Rodapé nº 4).

¹⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p. XI.

¹⁸¹ CÍCERO – *Livro dos Ofícios...*, pp. XII.

¹⁸² *Idem*, p.XII (Nota de Rodapé Nº 1).

européu, ou mesmo hispânico. Por sua vez, isto é demonstrativo do enquadramento dos tradutores num contexto literário e intelectual da época que não se restringe às fronteiras do reino, antes as ultrapassa num constante movimento de fluxo cultural.

Deixemos agora de parte as questões relativas a noções externas que circundam a criação das obras e analisemo-las em si, como que explorando o fruto que do labor dos tradutores brotou.

Os títulos são o primeiro ponto no qual podemos iniciar a nossa análise sobre a aplicação da tradução. Sobre ambos, numa análise superficial, podemos escrever que não sofreram uma verdadeira alteração, sendo as suas traduções equivalentes correspondentes aos originais latinos. (1) De *Soliloquia Animæ ad Deum* passou a *Livro de Soliloquio de Sancto Agostinho* e (2) de *De Officiis* passou a *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram*. No entanto, empreendendo uma análise mais profunda, facilmente apreendemos a existência de acentuadas diferenças relativas à prática da tradução, que nos levam a questionar totalidade do labor de tradução das obras em questão. Em (1), o tradutor não empreendeu uma tradução *Ad Verbatim*, ou seja, palavra por palavra, procedendo à eliminação de *Animæ ad Deum* e colocando somente *Soliloquia* num correspondente português de *Soliloquio*: de um título original de quatro termos, somente um permanece no título traduzido, sendo que os termos *Livro de* e *de Sancto Agostinho*, são acrescentos meramente descritivos.

Isto leva-nos a ponderar a disposição do monacal tradutor, no que concerne à alteração do texto de partida, quando considera necessário, não achando que tal afetaria a pureza do texto, como lhe chamava S. Jerónimo¹⁸³ ou a possibilidade de uma tradução perfeita, como diria S. Agostinho¹⁸⁴. Cintra sustenta esta nossa especulação:

“Entre o texto original «soliloloquia animae ad Deum», e esta versão portuguesa nem sempre existe perfeita correspondência. (...) comparando minuciosamente o texto latino com a versão portuguesa, nota-se, aqui e além,

¹⁸³ ROBINSON, Douglas – *The Ascetic Foundations...*, p. 12.

¹⁸⁴ ROBINSON, Douglas – *Translation and Empire...*, p. 23.

que o tradutor não se cingiu rigorosamente às palavras do original. Por vezes afastou-se do latim para intensificar a expressão de uma ideia ou de um sentimento, quer repetindo, quer desenvolvendo. (...) Outras vezes omitiu frases do texto latino. (...) Outras vezes fez uma tradução muito livre em que aproveitou só a ideia geral (...).”¹⁸⁵

Por seu lado, o Infante tradutor fez igualmente uso de uma correspondência portuguesa aos termos latinos originais; porém a diferença reside no facto de a tradução ser *Ad Verbatim*, isto é, existe uma correlação directa entre o termo latino *De* e o português *Dos* e entre o termo latino *Officiis* e o termo português *Ofícios*, sendo que os termos *Livro* e *de Marco Tullio Ciceram*, são, novamente, acrescentos meramente descritivos. O título de partida permanece igual ao título de chegada, com dois termos, pois *De Officiis* passou a *Dos Ofícios*. Há uma intenção neste ponto, sendo que o Infante poderia utilizar, como contemporaneamente se utilizam, termos correspondentes como *Dos Deveres*, ou mesmo em inglês *On Duties*.

“Será talvez esta significação, algo complexa, de *officium*, que levou D. Pedro a não aporuguesar o título do tratado, chamando-lhe *Livro dos Deveres* (como traduziu *beneficci* por *bemfeitoria*), mas a adoptar o latinismo *ofício*, que, de resto, não logrou implantar-se no léxico português, no referido sentido.”¹⁸⁶

Abandonando os títulos e deixando o olhar cair sobre o texto, observamos que a *Nota de Tradução* do *Soliloquio de Sancto Agostinho* carece de explicações relativas ao seu labor de tradução, que comumente fazem parte da metodologia de um qualquer tradutor. (3) Não encontramos um discurso sustentado por referências a uma qualquer autoridade, como por exemplo S. Jerónimo ou Santo Agostinho; (4) Não encontramos qualquer referência ao(s) manuscrito(s) utilizados para a tradução; (5) Não encontramos uma qualquer explanação relativa ao processo de tradução em si.

¹⁸⁵ CINTRA, Maria Adelaide Valle – *Livro de Soliloquio...*, pp.XII-XV.

¹⁸⁶ CÍCERO – *Livro dos Ofícios...*, pp. XI-XII.

Num primeiro momento, podemos refletir sobre esta inexistência como o resultado de uma tentativa de encobrir o desconhecimento do tradutor relativo às práticas metodológicas da tradução, assim como das suas autoridades. Contudo, tal rapidamente se desvanece, se tivermos em consideração que esse tradutor, ao empreender a elaboração de uma *Nota de Tradução*, ou seja, um texto lavrado por seu punho, que antecede a obra em si, na qual, retirando o manto que o encobre, se afirma como autor, revela um conhecimento das práticas comuns da tradução. Além disso, o texto tem características típicas, como umas breves explicações referentes à importância da obra e aos motivos que o levaram a empreender o labor:

“Antre todos os livros que som achados, este livro de soliloquio de Sancto Agostinho me parece de singular stremada devoçõ. E pensei de o tornar de latim em lingoagem por tal que as pessoas devotas que nõ entendem latim possam receber proveito de tam sancta e tam virtuosa obra.”¹⁸⁷

Ademais, o tradutor concebe uma glosa, onde explica a significação do termo Soliloquio: “Este livro he chamado de soliloquio, que quer dizer falamẽto de soo cõ soo.”, que serve de ensejo para toda uma argumentação alusiva ao público leitor, na qual reforça as noções relativas à necessidade de vontade, pureza, virtude e espírito reflexivo, como necessárias para o aproveitamento da obra.

“E compre que a todo homẽ, aquel que quer sentir saber e proveito deste livro de devoçõ, que aja em si pureza e limpeza e paz de võontade porque, sem pureza e limpeza de alma, nõ pode ñẽ hũu Deus sentir. Pois quem quer studar ã este livro seja puro e linpo ã sua alma e ã seu coração...”¹⁸⁸

O tradutor, como escritor, demonstra um conhecimento das ciências do *Trivium*, que se refletem na elegância com que faz uso da lógica discursiva, onde salientando a importância da obra, rapidamente reveza a ênfase para o público leitor e discorre

¹⁸⁷ CINTRA, Maria Adelaide Valle – *Livro de Soliloquio...*, p.3.

¹⁸⁸ *Idem, Ibidem.*

sobre as necessárias qualidades para “receber proveito de tam sancta e tam virtuosa obra”¹⁸⁹.

Isto denuncia um revestimento da obra por uma qualquer aura de sacralidade, uma relíquia, e parcialmente responde à problemática expressa em (4); ademais, coaduna-se com o pensamento de Cister exposto por Georges Duby: “As relíquias davam cem vezes mais força às virtudes da oração monástica”¹⁹⁰. A obra, quase como numa qualquer façanha de personificação, ou como sendo o indiscutível verbo do caminho reflexivo para o encontro com o Divino, oferece o seu conhecimento e aquele que não o obtém, que dela não o recebe, não a poderá culpabilizar, antes deverá responsabilizar-se e num ato de contrição clamar *mea culpa*, por não cumprir os requisitos necessários para a sua leitura e compreensão. Uma estratégia argumentativa que, embora aparente agir em prol da defesa da autoridade do autor, S. Agostinho/Pseudo-Agostinho, é na realidade uma defesa do próprio. O tradutor defende-se a si mesmo, simultaneamente expondo o seu labor de tradução como algo quase dogmaticamente válido, bem traduzido, de tal forma que a consulta do original seria desnecessária, quiçá elevando a tradução à condição de original, o que responde à problemática expressa em (5), e, por consequência, proveitoso para a devoção Divina. Naturalmente, este ato de piedade é-o somente de forma aparente, pois conforme já escrevemos aquando das reflexões sobre o título, o tradutor não tem pejo em alterar o texto de partida. Assim sendo, podemos concluir que as omissões que temos vindo a questionar são fruto de uma ação deliberada, servindo como fundamento de um projeto de tradução pragmaticamente encetado pelo tradutor. Finalmente, devemos considerar que a problemática expressa em (3) pode somente ser entendida segundo o encadeamento lógico que delineámos, pois, se é um facto que a *Nota de Tradução* carece de uma sustentação da tradução numa qualquer autoridade, a argumentação do tradutor revela-nos como esta última surge para sustentar não uma tradução, mas a obra em si como coisa original, tendo sido lavrada,

¹⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁰ DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, p.37.

segundo pensaria, por Santo Agostinho; logo este é a *Auctoritas* sustentadora do discurso.

Tudo isto leva-nos à necessidade de explorar outra questão relevante - a vaidade. Embora monge, o tradutor é também um homem, um ser suscetível de sucumbir a um anseio de vanglória que encobre com uma malha de devoção religiosa. Além do mais, é um letrado, pois somente sendo-o, poderia ter empreendido todo o labor que temos vindo largamente a analisar. A vontade de demonstrar o conhecimento é algo comum entre tradutores, que fazem uso de um conjunto de meios para o demonstrar e assim se distinguem. São três, *grosso modo*, estes meios demonstradores de sapiência: (6) Traduções; (7) Notas de Tradução, Dedicatórias, Prefácios ou Notas Explicativas; (8) Glosas.¹⁹¹

O número de páginas e de palavras que constituem os textos em questão é uma evidência desta demonstração de conhecimento, pois em si manifesta o pensamento relativo à forma de abordar a estética geral de uma qualquer composição literária, e tal como disse Fernando Oliveira, “se as obras são prova do homem, como diz a suma verdade Jesu Christo nosso senhor, as palavras são ymagem das obras”¹⁹².

A Nota de Tradução do monacal tradutor é constituída por uma página, contendo 223 palavras, e a Dedicatória a D. Duarte do Infante Tradutor é constituída por cinco páginas, contendo 1238 palavras¹⁹³. Esta comparação revela uma diferenciação relativa à abordagem estética e, conseqüentemente, a existência de um pensamento distinto, individual, inerente a cada um dos tradutores.

Exibindo um texto mais curto, o monge exprime uma noção similar à que encontramos em Álvaro Ferreira de Vera, quando este escreve que:

“para o homem ser sabio, ha de ser destro no escrever, breve, e cauto no falar”¹⁹⁴.

¹⁹¹ RUSSELL, Peter – *Traducciones y Traductores...*, p.46.

¹⁹² OLIVEIRA, Fernando – *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, Primeiro Capitulo.

¹⁹³ De notar que foram analisadas transcrições dos ditos textos e não os manuscritos.

¹⁹⁴ VERA, Álvaro Ferreira de – *Orthographia, ou Modo para Escrever...*, Prólogo, Fólio 2 (Verso).

Ou seja, a brevidade utilizada como algo semelhante a uma ferramenta demonstradora da capacidade do domínio retórico, lógico e gramatical do tradutor, que não faz uso de palavras vãs na sua argumentação. Cada palavra surgindo com um intuito próprio, cuja união constrói todo um edifício literário sustentado em alicerces robustos, proporcionadores de um poder metaforicamente associado à posse da sapiência. Isto sustenta a afirmação de que uma aparente singeleza, modéstia, ou o austero podem ser formas de ostentação e consequentemente, de vaidade. Devemos, igualmente, escrever que esta noção de austeridade está associada à condição clerical do monge como professante da regra de Cister, na qual teve de fazer votos de pobreza¹⁹⁵. Portanto, poderá, quiçá, haver um encadeamento estético orientado pela condição social.

O Infante D. Pedro, apresentando um texto mais longo, distingue-se do monge; no entanto, não podemos considerar a inexistência de uma intenção de criação de uma obra digna de admiração ou louvor, antes devemos entender que tal ação justifica-se por uma intenção intrínseca ao labor. Isto é, há uma intenção na criação de um texto que se assume como algo mais que uma mera nota de tradução – uma dedicatória. Portanto, compreende-se que a utilização de uma linguagem panegírica, laudatória, ornamental, implica à partida uma elegância na escrita que se vai alargando num discurso que revela laivos de uma beleza que consome o espírito e agrada ao recetor. Temos de considerar a existência de formulações frásicas pré-definidas que fazem parte do que podemos definir como cortesia ou discurso institucional, típicas destes textos. A suma diferença reside na não pretensão da eliminação do seu papel como tradutor e consequente encobrimento da obra por um véu de enganosa autoria, como já largamente escrevemos, antes afirma-se e impõe-se como um tradutor, recorrendo por todo conjunto de trechos explicativos da sua metodologia, além de nos revelar a

¹⁹⁵ MARADO, Catarina Almeida – A Presença Cisterciense no Espaço Urbano: O Caso de Antigo Convento das Bernardas de Tavira. In *UBILETRAS*, 2015, pp. 55-62, p. 59

fonte da qual partiu o seu trabalho como tendo sido um manuscrito oferecido pelo Infante D. Fernando.¹⁹⁶

A omissão do monge relativamente a uma qualquer dedicatória leva-nos a supor uma tradução lavrada por iniciativa própria. Ação contrastante com a do Infante, que além de dedicar a obra ao irmão, D. Duarte, conta-nos o episódio genésico do ímpeto laboral como algo resultante de um pedido, cuja informalidade não lhe retira relevância e natureza:

“E quanto mais liia [o livro dos ofícios de Cícero em latim], tanto me parecia melhor e mais virtuoso, e nom soamente a mym, mas assy parecia a alguus outros a que eu liia em portugues alguus seos capitulos, em tanto que per elles alguas vezes fuy requerido que tornasse este livro em esta linguagem. E esguardando eu como todo bem quanto a mais presta tanto he melhor, e nom embargando que o latim na christandade he mais geeral que o portugues, em Portugal esta linguagem he mais geeral que o latim, por aproveitar ao[s] portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados, Eu me despus ao trabalho de tornar este livro em nossa linguagem.”¹⁹⁷

Este excerto aprofunda a questão relativa à evidenciação dos destinatários da obra e ajuda-nos a expandir a compreensão da noção de *Dedicatória*, como o Infante a concebe. Além de D. Duarte, a quem a obra é consagrada, encontramos outros dois destinatários: (6) *alguus outros a que eu liia em portugues alguus seos capitulos, em tanto que per elles alguas vezes fuy requerido que tornasse este livro em esta linguagem* e (7) *portugueses amadores de virtude que não são ou ao diante não forem latinados.*”

Relativamente a (6), o Infante não alude diretamente às suas identidades, porém revela-nos que existe um grupo composto por letrados e/ou aspirantes ou interessados pelas ideias das letras e da filosofia, que teriam contacto pessoal com o

¹⁹⁶ CÍCERO – *Livro dos Ofícios...*, pp.1-2.

¹⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

Infante D. Pedro, logo com a realeza, o que sugere a sua consideração como membros da alta estirpe aristocrática da corte portuguesa. Além do mais, o facto de o Infante mencionar que traduzia o texto para português e que foi a pedido destes que empreendeu a tradução do latim para a sua língua materna, reforça esta consideração. Devemos mencionar a importância da alusão destes convívios, por entre os quais viviam e se misturavam o público cortesão e a Casa Real, num ambiente sociocultural impulsionador do saber, da instrução pela discussão, uma dialética naturalmente involuntária, onde neste caso específico, sobressai “A idade média que conheceu e admirou Cícero”¹⁹⁸, mas não somente este último, como todo um conjunto de consideradas autoridades pagãs que desde as Pólis Helénicas e *Urbes Romanas* foram perdurando, além morte, durante centúrias, até à corte de Avis.

No que diz respeito a (7), o Infante D. Pedro, dirige-se a um público vasto de forma direta, como que confessando “um acto de sublime amor pelas *humaniores litterae*, quanto um serviço à «*res publica*», aos portugueses, cuja língua pátria, por viva, suplantava o latim dos antigos autores”¹⁹⁹. Se o foi, podemos somente especular; no entanto, consideramos que este se afirma como uma forma de o dito Infante se querer evidenciar como um “*Tutor do povo*”²⁰⁰, assim elevando a sua condição, enquadrado num plano geral que “se prende intimamente com a centralização do poder”²⁰¹, geral do reino e próprio. A questão da vastidão do público leitor é reforçada em outro ponto da Dedicatória, quando escreve: “E ainda, Senhor, se a vossa mercee ou qual quer outro que ler per este livro”²⁰².

No que concerne à técnica, encontramos uma preocupação, que naturalmente podemos assumir como legítima do ponto de vista técnico, pela “diligencia e cuidado

¹⁹⁸ SOARES, Nais de Nazaré Castro – *Um Ideal Humano: Política e Pedagogia no Renascimento Português*, p.128.

¹⁹⁹ GOMES, Saul António – *Políticas Culturais de Tradução na Corte Portuguesa no Século XV*, p.180.

²⁰⁰ MONTEIRO, João Gouveia – *Orientações da Cultura da Corte...*, p. 97.

²⁰¹ *Idem, Ibidem*.

²⁰² CÍCERO – *Livro dos Ofícios...*, p.5.

que se requeria”²⁰³ na tradução da obra, devido à “fremosa maneira”²⁰⁴ com que é escrita e “sua mui virtuosa enssynança de que (...) trauta”²⁰⁵. Ou seja, por estes pequenos excertos percebemos que estamos perante um tradutor atento às legítimas preocupações que uma obra de tradução requer, nomeadamente a noção de pureza relacionada com a transposição de uma realidade para outra. É o que podemos entender como a transposição de uma língua de partida, o latim, para uma língua de chegada, o português. Um outro excerto enfatiza esta questão de preocupação técnica para com a tradução, assim como as problemáticas a que temos vindo a aludir:

“E deste volume os primeiros dous livros, segundo meu juízo, me parecem que teem vantagem do terceiro, e aquelles achei mais claros. O terceiro achei muito scuro, por que reconta estórias e exemplos, e parece que screvia a quem as sabia. E alguas vezes poem palavra por sentença, e per hua pequena sentença dá a entender hua grande estória. E pore, Senhor, ainda que todo o livro seja tornado, este derradeiro entendo que he peor, em tanto que em alguns logares, ainda que nom foram muitos, eu acerca screvia a aventura, nom entendendo o que o livro dizia.”²⁰⁶

O Infante revela um discurso de tradução no qual está assente a importância da sua experiência de leitor²⁰⁷, que nos leva a julgar o tradutor, conforme já escrevemos, não como alguém isolado, mas antes como alguém necessariamente incorporado num todo dinamicamente cultural da sua contemporaneidade, como forma a ter o necessário conhecimento para o seu labor, quer seja relativo à correta terminologia a utilizar, erudita ou ‘calão’, como forma a ser compreensível para o público leitor, quer seja para a obtenção de obras, outras traduções e/ou discussões de ideias que permitam compreendê-la e comparar aquela que é o alvo da sua atenção.²⁰⁸ Ao

²⁰³ *Idem, Ibidem*, p.3.

²⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p. 2.

²⁰⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 2-3.

²⁰⁶ CÍCERO – *Livro dos Ofícios...*, p.4.

²⁰⁷ RUSSEL, Peter – *Traducciones y Traductores...*, p.16.

²⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p.14.

assumir que não entendeu o terceiro livro por ser “*muito scuro, por que reconta estórias e exemplos, e parece que screvia a quem as sabia*”, o Infante revela o conhecimento de todo este conjunto de necessidades que o ato de traduzir requer. No último período do excerto encontramos a seguinte expressão: *eu acerca screvia a aventura*.

O facto de ter empreendido uma “escrita de aventura” não pode ser negligenciado como um mero ato de descuido, pela razão de que o Infante o assume; logo devemos examinar a questão com sensibilidade, pois este pode afirmar-se, e assim o entendemos, como mais um fator elucidativo da sua compreensão da teoria da tradução. O próprio incorre numa argumentação de justificativo perdão, pelo não entendimento e consequente mácula da pureza do texto a que anteriormente aludimos. Todavia, se esta fosse uma ação que pudesse ‘enrodilhar uma manta de infâmia sobre seus ombros’, então o Infante naturalmente não a teria tentado. Este pode ser considerado como uma expressão da elegância e/ou do seu domínio da oratória, visto que se enquadra perfeitamente no pensamento ciceroniano, sendo um exemplo de *Captatio Benevolentiae*. Como escolha de tradução o seu ato é válido e somente criticável à luz do pensamento teórico a que o crítico dá primazia. Com efeito, decidiu a utilização de um método que podemos denominar como tradução livre, existente, com mais ou menos fama, bem ou mal-afamada, desde os romanos, sendo curiosamente, Cícero um dos seus utilizadores e teorizadores.

Alonso de Cartagena, “que D. Duarte massacrou com pedidos de traduções”²⁰⁹, ofereceu uma tradução de seu punho de Cícero ao monarca português. Pois bem, é nesta obra que o pensador romano expõe, sendo um dos primeiros a fazê-lo, as suas considerações sobre a teoria da tradução que, *grosso modo*, podemos considerar como um tipo de tradução livre, criada no sentido de apoio e desenvolvimento do discurso, surgindo como uma derivação da necessidade de engrandecimento do ser. Neste sentido, é evidenciada a questão relativa à problemática da imitação e a competição/superação, sendo que não seria mal visto um romano imitar ou copiar um

²⁰⁹ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte...*, 2005, p.202.

seu antecessor grego na criação de uma obra, como fez por exemplo Virgílio. Uma forma de o autor revelar as suas habilidades literárias e, conseqüentemente, a sua superioridade perante os antigos mestres.²¹⁰ Em termos de tradução, podemos observar a importância, vista talvez como uma necessidade, ou mesmo obrigatoriedade de divergência da tradução para com a obra original. A manifestação do “Tradutor-Criador”, ou neste caso, Tradutores-Criadores²¹¹.

Finalmente, temos de considerar a problemática relativa à escolha pelo Infante da obra que se propôs a trabalhar. Na Carta-Dedicatória torna-se evidente o porquê da escolha de Cícero, e nomeadamente da escolha do Livro dos Ofícios:

“Assy que os outros per a mayor parte screvem da teoria, e a tençom deste he de mostrar a pratica (...) Que o conhecimento da perfeiçom das virtudes traz desejo de serem avidas (...) Este livro, Senhor, quer ser liudo com boa femença segundo requerem aquelles que de boas artes e sotiis sciencias trautam, os quaes teem tal maneira que quanto som melhores e melhor razoados, tanto querem que o intendimento lhe seja mais aplicado; por que a sua perfeiçom nom se cointenta em misturarem em o seu estudo cuydado sem proveyto.”²¹²

Este livro apraz ao Infante pelo seu conteúdo. Uma obra que não se propõe somente explorar uma noção teórica e abstrata sobre a virtude e afins, mas expõe uma formulação relativa à aplicação prática da dita teoria. O Homem como conhecedor da virtude é, então, aconselhado sobre como agir em prol dela. Naturalmente, esta é mais uma evidência do pragmatismo no qual assenta o pensamento do Infante D. Pedro, que não é um homem de solilóquio, mas um homem de sociedade, um cavaleiro, um homem de governo. O solilóquio existindo, será somente um meio, um estado reflexivo, para atingir, para materializar os seus fins.

²¹⁰ OCHMAN, K. – *Translation Criticism in Ancient Rome: Aulus Gellius, Attic Nights, Przerkladaniec*, pp. 73-74.

²¹¹ COSTA, Paula Cristina – *D'un cœur qui s'ennuie a uma alma viúva: Pessoa, poeta-tradutor de Verlaine*, p. 63.

²¹² CÍCERO – *Livro dos Ofícios...*, p.4.

Em suma, a análise destas duas obras, nomeadamente uma Nota de Tradução e uma Dedicatória, permitiu demonstrar como o que *a priori* se supõe singelo tem, por detrás de um véu de aparência, todo um conjunto de tramas voluntariamente planeadas e desenvolvidas em prol de vontades que excedem os limites da compreensão superficial. Revelou-se igualmente como como um monge e um infante, quando comparados, possuem similaridades relativas ao uso de métodos e práticas da tradução, sobretudo no que concerne à alteração do texto conforme a necessidade, malgrado os títulos onde diferem e distinguindo-se, também, na forma de ação, na articulação do manejo da pena, o que evidencia a singularidade de cada um enquanto seres que, conscientemente enquadrados no seu contexto social, souberam tirar proveito das suas condições de letrados para evidenciar os seus conhecimentos e assim demonstrar, quiçá involuntariamente, as suas ambições.

A escolha dos autores e consequentemente das obras que os levou ao labor de tradução pode tornar tentadora uma especulação referente à subordinação do ser à condição social em que está inserido, nomeadamente se tivermos em consideração que o monge impele para a fuga, para a reflexão, para uma noção de espiritualidade teórica que nos remete para um plano extra, ou supra telúrico e o infante para a ação, o movimento, a prática; todavia tal sustentadamente não o podemos afirmar, tendo em consideração a reduzida amostra que estudámos; além disso, fatores como a natural interligação entre o laico e o sagrado tendem, em grande medida, a contrariar a rigidez deste pensamento, sendo que devemos considerar, igualmente a problemática da escolha dos autores como algo derivado do conteúdo da obra em si e não necessariamente do autor, ou uma mistura entre ambos derivada da fama das obras e dos autores. Além disso, a dita rigidez pode ser contrariada se tivermos em atenção o tipo de escrita de cada um dos tradutores, isto é, a forma de escrita sucinta do monge não o denuncia como tal, nem a forma mais dilatada do Infante como aristocrata, pois, tal como demonstrámos, homens laicos existiram que defenderam o discurso breve. Não obstante, percebemos como o manejo do verbo é algo transversal ao mundo laico e eclesiástico:

“Porque as palavras são o toque, em que se vê o valor das pessoas, e a diferença, que ha do nobre ao plebeio e do vicioso ao bem instituído”.²¹³

Com isto podemos observar que o conhecimento do Infante D. Pedro transcenderia aquele advindo de um mero capricho, ou encantamento por algo que o entreteria nas horas mortas. Há um conhecimento de causa na sua ação, um sacrifício em prol do saber. Mas continuemos a nossa análise, voltando o olhar para a *Nota-Dedicatória* presente na obra *Virtuosa Benfeitoria*, de onde podemos extrair mais informações.

Deixando de parte a análise sobre a sua abertura, que nada mais é do que uma típica saudação formal ao “primogénito herdeiro dos Reynos de Portugal e do Algarve”²¹⁴, D. Duarte, podemos observar como o Infante rapidamente ‘pintou a cena’, evocando um episódio do seu quotidiano:

“ao recordar a conversa de Santarém, onde houve Côrtes «por percebimento da guerra sperada com os castelãos», quando o irmão o interrogou sobre o estado em que se encontrava o seu trabalho, êle disse lhe «que ia era fyndo segundo o propósito e tençom primeira», mas que achou depois nêles cousas «que pareciam bem dignas de emmenda». /E, a seguir insiste nas vantagens da alteração, dizendo: «E auendo emenda com tal adimento, qual eu tynha em minha tençom seria huum liuro assaz pertencente pera os príncipes e grandes senhores»; e como os cuidados aumentavam, e ele próprio «de o acabar muyto duuidaua», confessa que o próprio rei lhe «disse que nom perteeçia aos cuidados da guerra mesturas de pensamentos que fossem alheos»./ E aqui intervêm João da Verba, que parece ter acrescentado pensamentos, e talvez expressões de Séneca, e ainda diversos passos dos Livros Sagrados, aclarando o que estivesse escuro, completando o que parecesse truncado, tendo em vista

²¹³ VERA, Álvaro Ferreira de – *Orthographia, ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa: Com Hum Trattado de Memoria Artificial: Outro da Muita Semelhança, que Tem a Lingua Portuguesa com a Latina*, Prólogo, Fólio 2, Verso.

²¹⁴ PEDRO, Infante de Portugal - *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, p.21.

que, conquanto o livro fosse principalmente destinado aos príncipes, «a outros muytos daa geeral doutrina».²¹⁵

Assim descreve sucintamente Joaquim Costa a parte inicial da *Carta-Dedicatória*.

Todavia há mais informações que podemos extrair.

Primeiro, que neste período o título da obra era diferente do que depois acabou por ser, sendo “liuro dos benefiços entom chamado”²¹⁶. De seguida, podemos observar como o Infante faz uso de um curioso engenho retórico, que denuncia várias intenções, nomeadamente: 8) Sendo algo dirigido a D. Duarte, a recordação de um episódio tão trivial terá certamente sido um qualquer intento de acalantar o seu coração, fazendo-o, quiçá, expressar um involuntário sorriso, que permitiria uma melhor receção da obra. 9) Todo o restante público leitor, ou “ouvidor”, nomeadamente o cortesão, ficaria a saber, não somente um episódio relativo à composição da obra, como também uma pequena peripécia da família real. A qual tem um nítido cariz de *exemplum*, pelo interesse demonstrado, mesmo por entre a intimidade quotidiana, por temas relativos à intelectualidade. O que demonstra, desde já, um planeamento, uma estruturação do discurso em prol de um objetivo educacional, que tem por consequência gerar uma opinião favorável da família real e como veremos, com ênfase no Infante D. Pedro.

Quando é mencionada a problemática relativa à tradução, devemos acrescentar que a citação não menciona apenas algo que deveria ser emendado, como também “muytas mais que (...) deuiam seer acreçentadas.”²¹⁷.

Isto é importante, pois enfatiza a inquietação sentida pelo Infante, relativamente à conclusão da sua obra – o que demonstra publicamente a imperfeição do seu ser. Conquanto também é um momento demonstrativo da intenção de criação de uma obra cuidada, digna do seu punho. Não ficando contente com somente o facto de algo ter criado, mas antes que esse algo criado está de acordo com uma noção de perfeição

²¹⁵ PEDRO, Infante de Portugal – *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, p.CIX.

²¹⁶ PEDRO, Infante de Portugal - *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, p.21.

²¹⁷ PEDRO, Infante de Portugal - *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, p.21.

que poderia atingir através do “bom esforço”²¹⁸. Como tradutor, podemos dizer que este é um comportamento típico.

Ora, a demonstração da imperfeição do ser é algo pertinente de expandir. Pois o Infante assume-se como um ser imperfeito, que tenta ou aparenta criar, pelo seu bom esforço, algo perfeito, ou algo próximo a tal. Sendo a *Virtuosa Benfeitoria* uma obra de cariz moralista, é o seu esforço que demonstra a capacidade e forma de atingir a perfeição de criação de algo que, quando concluído, agirá em prol do outro, nomeadamente na forma como ser virtuoso. Então, esta *Carta-Dedicatória* é, em si, uma formulação de doutrinação coerente com a restante obra. Sendo que nesta está demonstrada a realidade da ação, exposta através do exemplo. O facto de o Infante assumir a sua imperfeição, demonstra a perfeição do seu espírito, da sua essência, pela retidão da sua ação, não se deixando consumir pelo seu posto, expressando a aparência da singeleza da realidade, através de um gesto que o reveste de uma cristã humildade.

Esta preocupação com a dualidade da ação e do pensamento, a prática e a teoria, é uma das problemáticas tratadas por esta geração de Avis. Daí que D. Duarte aconselhe a conclusão da obra, deixando explícito que o infante não deve sucumbir à ociosidade, à preguiça, contemplando somente a ideia, ao invés de a materializar. Porém, o facto de D. João I se intrometer na discussão e afirmar que aquele não é o momento ideal para o término da obra, levanta outra questão, relativa à noção do Dever. Então entendemos como é expressa pelo monarca uma preocupação educacional relativa à definição das prioridades dos filhos e como estes devem ponderar sobre a hierarquização dos assuntos e suas conseqüentes ações, tendo em consideração os seus deveres advindos dos postos que ocupam na esfera social.

O Dever chamou e foi respondido, mas a obra não foi deixada por terminar. Neste sentido, o Infante encontrou uma forma de executar os conselhos de ambos os seus familiares, voltando a sua atenção para os assuntos proeminentes do reino e

²¹⁸ DUARTE, Rei de Portugal – *Leal Conselheiro*, p.100.

entregando a obra ao seu confessor, Fr. João Verba, para a terminar. Com uma só ação o Infante revelou a sua sagacidade resolvendo, de uma só vez, dois problemas.

Nesta *Carta-Dedicatória*, encontramos também uma clara evidência de uma preparação, de um planeamento textual, nomeadamente, quando o Infante escreve:

“E por auerdes mais pouco trabalho do que uos prouuer no liuro achar em essa tauoa que sse logo segue com todos liuros com seus capitullos hordenadamente o fiz screpuer.”²¹⁹

Esta divisão por capítulos ocorre igualmente no *Livro dos Ofícios* e está de acordo com a moda da época. No entanto, o facto de o Infante sentir necessidade de mencionar este pormenor leva-nos a ponderar a sua motivação, que entendemos ir de encontro ao que anteriormente mencionámos, relativamente tanto à lisonja e ao destinatário desta carta, D. Duarte, como a uma forma de expressar o seu labor em prol do cuidado e perfeição da obra. O que se afirma mais como uma evidência da noção de aparência que reveste todo o texto, uma tentativa de criação de uma imagem que o Infante pretende transparecer, do que a realidade. Então o que anteriormente escrevemos relativamente à singeleza da realidade que o Infante demonstra, nada mais é do que um artifício utilizado na procura do cultivo de um pragmatismo inerente ao que podemos considerar, não sem algum exagero, como uma espécie de culto de personalidade ou imagem. Mas as lisonjas a D. Duarte, continuam:

(...) destas cousas que elle [o tratado da virtuosa benfeitoria] trauta, uos sooes per pratica bem grande doutor, creio porende que uos sentires prazer em ueendo como em spelho em elle louuor de uossas boas obras.”²²⁰

Esta é uma típica lisonja de tradutor, nomeadamente aquando de uma tradução por encomenda, onde se tenta engrandecer a imagem daquele que encomendou o seu trabalho. Embora não haja provas de que esta seja uma encomenda, os mesmos trâmites são aplicados, o que revela como o infante seria conhecedor deste tipo de

²¹⁹ PEDRO, Infante de Portugal - *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, p.22.

²²⁰ PEDRO, Infante de Portugal - *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, p.22.

atuação. Isto torna-se por demais evidente, tendo em consideração que é algo utilizado na anterior *Carta-Dedicatória* presente no *Livro dos Ofícios*.

Outro ponto que devemos mencionar é relativo ao público-alvo a quem o Duque de Coimbra dirige a sua obra e que fundamenta grande parte da sua argumentação justificativa para o seu labor.

“aynda que principalmente o livro aos principes seja aderençoado, a outros muytos dá geeral douctrina.”²²¹

Este pequeno excerto é revelador do pensamento do tradutor, do seu estado aquando da elaboração da obra e nela diz-nos a quem o livro é destinado, mencionando dois destinatários: (10) *Príncipes*; (11) *Outros Muitos*.

No que concerne aos (10) *Príncipes*, não existe um efetivo mistério, sendo que este excerto se encontra numa dedicatória a D. Duarte; no entanto o facto de se encontrar no plural leva-nos a indagar se se refere igualmente ao seu pai, D. João I, e ainda quiçá, a um público mais vasto, deixando transparecer a obra como uma espécie de *Espelho dos Príncipes*, no qual se vai refletindo sobre a definição de uma:

“«estruturação social modelo» assente no jogo dos benefícios e na cadeia de reciprocidades e obrigações que este engendra, nos termos de uma concepção que responsabiliza particularmente os grandes senhores pela sua manutenção de um equilíbrio ordenado e desejado por Deus.”²²²

O manejo do verbo, por parte do Infante, deve ser cuidadosamente encarado, pois a sua elegância pode remeter-nos ao engano, isto é, se é verdade que a colocação do termo *Príncipes* no plural nos pode levar a um entendimento do destinatário como um público mais vasto, conforme escrevemos, também temos de considerar que esta pode ser uma aparência voluntariamente criada pelo autor, como forma de sobre si impor uma qualquer aura de pretensão concitadora do respeito e dignidade por parte do público leitor e/ou ouvinte. O qual, como largamente temos referido, seria

²²¹ *Idem, Ibidem*, p. 4.

²²² MONTEIRO, João Gouveia - *Orientações da Cultura da Corte...*, p.97.

naturalmente a corte portuguesa. O facto de ter sido escrito em português e não em latim atenta tal, assim como o seu enquadramento no dito plano literário da corte. Devemos também mencionar que “o Livro da Virtuosa Benfeitoria se assume assim como um novo guia moral destinado a príncipes”²²³, ocorrência que nos remete para o entendimento da delicadeza do Infante, fruto da sua retórica, no trabalho de incorporação dos seus anseios nos desígnios do trono. Assim sendo, os (11) *Outros Muitos*, poderão ser a nobreza de corte que rodeia a realza. Mas aqui reside algo que nos remete novamente para a ‘armadilha’, ou seja, utilizando a expressão *Outros Muitos*, o Duque orienta-nos para uma ideia abstrata, altamente sujeita a interpretação pessoal, pois não nega que o livro pode ser aberto e/ou menos proveitoso para um qualquer Homem, para um qualquer vassalo do reino, inclusive os vassalos dos mencionados aristocratas da corte portuguesa. Logo, de forma subtil, o Infante D. Pedro aparenta abrir a sua obra e, consequentemente, abrir-se a si, ao seu conhecimento, ao seu verbo, à totalidade da esfera social, impondo-se como uma autoridade revestida de caridade e beneficência – características à época muitíssimo valorizadas.

Enfim, toda esta análise permite-nos sustentar a afirmação de que o Infante D. Pedro tem um conhecimento pelo menos geral do que podemos considerar como a praxe da tradução, recorrendo a formas estereotipadas para expressar a sua vontade nas obras que compôs. Compreendendo e enquadrando-se na sua contemporaneidade, envolveu-se por entre as modas que o rodeavam, aproveitando-as para cumprir os desígnios que assumiu como seus. Neste sentido, a sua argumentação, embora de cariz individual, não é singular: expressa, reflete ideias de outros, dos quais se destaca o seu irmão D. Duarte.

²²³ *Idem, Ibidem*, p. 97.

4.3.1. D. Pedro e D. Duarte

Há uma relação entre a *Carta-Dedicatória* presente na *Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro e os capítulos XXVI “Do pecado da ociosidade”²²⁴ e XXVII “Da quynnta e sexta diferenças per que caymos em ociosidade”²²⁵, presentes no *Leal Conselheiro* de D. Duarte. Esta relação demonstra a existência de uma partilha de ideias, de uma relação intelectual e política, a qual muita tinta tem feito escorrer ao longo das centúrias. Porém, somente neste sentido consideramos legítimo entender, neste caso, esta ligação entre irmãos, pois consideramos não ser suficiente para sustentar esta como sendo algo mais do que uma ligação de afeto, amizade ou amor fraternal. Este conjunto de informações que ora analisamos permite intuir tal, mas não sustentar o que poderia ser somente considerado como um devaneio romântico e/ou ideológico. Segundo D. Duarte, o grande problema da “Da ociosidade em nosso linguagem seu nome mais apropriado he preguiça”²²⁶ advém de “mal, tarde e fracamente começar e acabar as cousas que bem e cedo se devem fazer”²²⁷. Portanto, é na ação, ou melhor, na má orientação da ação que a questão se coloca. O monarca explora esta temática, dividindo-a em “seis deferenças”²²⁸:

“¶Primeira, per apertamento, empacho e fraqueza do coração. ¶ Segunda, do desejar e seguir sobejo vyda folgada e vyçosa. ¶ Terceira, de pospoer os feitos. ¶ Quarta, por seer movediço e de maa assessego per cuydado, fallas ociosas e obras sem proveyto. ¶ Quynnta, por aver pequena lembrança, sentydo, avysamento e percebimento pera o que convem fazer. ¶ Sexta, por seer deleixado, froxo e tradynheiro em as cousas que faz.”²²⁹

Podemos entender que para o *Eloquente*, a questão da preguiça está ligada, ou é uma consequência, da falta de vontade e determinação; do desejo pela ausência do dever;

²²⁴ Duarte, Rei de Portugal – *Leal Conselheiro*, p.98.

²²⁵ *Idem, Ibidem*, p.104.

²²⁶ *Idem, Ibidem*, p.98.

²²⁷ *Idem, Ibidem*, p.98.

²²⁸ *Idem, Ibidem*, p.99.

²²⁹ *Idem, Ibidem*.

da má gestão do tempo; da ação em prol de uma ato desprovido de uma intenção de elevação do ser; e da Ignorância.

Assim sendo, D. Duarte escreve um conjunto de recomendações que considera pertinentes para solucionar este problema, nomeadamente que não se deve ser tagarela, perder tempo com “fallas ociosas e obras sem proveyto”²³⁰. Pois todo o falar, como uma ação que se faz, deve ser ponderada, sendo algo advindo da razão. Logo deve-se falar, mas dizer apenas o que deve ser dito. Não deve ser realizada nenhuma ação sem um efetivo propósito virtuosamente justificável. Há que fazer uso da razão e ter ânsia pelo conhecimento, rejeitando a “preguiça do entender”²³¹, mas isso não pode ser feito sem um ordenamento, uma ordem, uma organização. Há uma imperiosa necessidade de controlo. Controlo da razão. Controlo do tempo. Controlo da ação. A restrição advinda da necessidade de cumprimento do Dever, que não deve ser negligenciado. Sendo singelamente definido como “fazer o que devemos”²³², podendo ser diretamente telúrico, e/ou “spiritual”²³³.

A vida pode somente ser apreciada quando se sabe viver. Pois:

“A vyda qu eh grande, mas a fazemos curta por a ssabermos mal e
preguyçosamente repartir e despende.”²³⁴

Daí a necessidade de toda a ação estar sob a égide do que podemos considerar como uma noção ritualística. A qual contém um propósito em todas as suas movimentações em prol de uma finalidade que depende do ser e da sua condição. Portanto a noção de Dever está subordinada à essência do indivíduo e à sua condição hierárquica. No entanto, a ação tem de ser regida por uma noção de valentia, de heroicidade, resultante do “boo esforço”²³⁵, pois há uma necessidade de “cometer os feitos de que se recrecem perigoos, grandes trabalhos do corpo e do spirito”²³⁶. A cobardia é, assim,

²³⁰ *Idem, Ibidem*, p.99.

²³¹ *Idem, Ibidem*, p.104.

²³² *Idem, Ibidem*, p.102.

²³³ *Idem, Ibidem*, p.100.

²³⁴ *Idem, Ibidem*, p.101.

²³⁵ *Idem, Ibidem*.

²³⁶ *Idem, Ibidem*.

algo naturalmente a evitar, pois um cobarde nunca atingirá a grandeza do seu ser, já que nunca se submeterá ao sacrifício que o esforço requer para a criação das obras.

O controlo do tempo é fundamental, pois uma vez perdido jamais é recuperado, o que impossibilita a capacidade de os Homens “vyverem a perfeiçom do que desejom”²³⁷ e poderão fazer “mais cousas em breve spaço que outros em muyto mayor”.²³⁸ Há uma ênfase nítida do movimento, em detrimento do estático. Então, seguindo esta linha de pensamento, o próprio descanso é alvo de reflexão, pois não se deve repousar mais do que necessário, nem dessa forma cansar excessivamente o corpo, ou a mente, de maneira a não causar uma ânsia pelo estático.

Tudo deve ser feito ponderando a sua medida, peso e necessidade e não “aalem do que convem”²³⁹ O cansaço leva ao desejo excessivo do repouso que impede o cumprimento do dever e tolda a razão. Mas isto não impede a necessidade, obviamente das “obras corporaaes”²⁴⁰ e da mente; todavia estas têm de ser enquadradas em todo um sistema previamente ponderado e elaborado.

“posto que do corpo trabalhe, ca nom erra por trabalhar corporalmente, mês por nom fazer nem executar per obra do entender o que deve.”²⁴¹

D. Duarte, escreve também que não se deve perder tempo a ponderar algo como “e se”, devendo agir-se conforme a disposição. Não cair nas “fantесias (...) sem proveito”²⁴² e viver a realidade. O Homem não deve, então, deixar-se absorver, obcecar-se, pelo que seria ou poderia ter sido. Pois a fantasia pode levar ao “pensamenssamento de tristeza”²⁴³, que leva à inação e consequentemente ao incumprimento do Dever.

“nunca longamente correr per taees fantесias, nem filhar em ellas alguma folgança, mês quando se apresentarem, o mais cedo que podermos as arrynçar,

²³⁷ *Idem, Ibidem*, p.101.

²³⁸ *Idem, Ibidem*.

²³⁹ *Idem, Ibidem*, p.102.

²⁴⁰ *Idem, Ibidem*.

²⁴¹ *Idem, Ibidem*.

²⁴² *Idem, Ibidem*, p.103.

²⁴³ *Idem, Ibidem*.

mudar, ou desprezar, ocupando-nos em outras honestas obras ou cuydados.”²⁴⁴

Desta forma, o monarca escreve que devemos saber o que fazer, antes de o fazer e por isso é importante o exemplo dos outros e o conhecimento. Mas também nisto é necessária precaução e ponderar se o *exemplum* do outro é bom conselheiro, “por que já passamos e veemos que os outros fizeram, julgar o que he bem de fazer”²⁴⁵. Nem todos são um exemplo a seguir, pois nem todos têm “pequena lembrança, sentydo, avysamento e percebimento pera o que convem fazer.”²⁴⁶. Existe uma “Ignorância, que he myngua de saber”²⁴⁷ que leva a “seer deleixado, froxo e tardynheiro em as cousas que faz.”²⁴⁸ Da mesma forma, não devemos seguir os sentidos, mas a mente. O Dever está ligado à mente ao racional e o prazer está ligado aos sentidos, ao emocional.

Então:

“per muyto desejo ou desposiçom mais saa e ryja ou leda faz sentir, podemos bem conhecer como nom he segura cousa e dereita fazermos nossos feitos ou os leixar per o que nos o coração requiere.”²⁴⁹

No capítulo anterior vimos como D. João I se intrometeu na conversa dos filhos para falar sobre questões relacionadas com a orientação do Dever e controlo do tempo. Após esta análise, podemos verificar como este conselho não foi ouvido como algo fugaz, como algo que se ouve mas cedo se esquece, mas antes, entranhou-se no pensamento dos filhos. Isto que pode ser sustentadamente evidenciado pelos capítulos que analisámos do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, que inclusive o levaram a escrever algo em espírito similar ao que disse o pai “quando nos ocupamos naquelas que nom conveem ao tempo que al devemos fazer”²⁵⁰ e o Infante a mencionar esse episódio na sua *Carta-Dedicatória* presente na *Virtuosa Benfeitoria...* Porém, podemos

²⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p.104.

²⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p.105.

²⁴⁶ *Idem, Ibidem*.

²⁴⁷ *Idem, Ibidem*.

²⁴⁸ *Idem, Ibidem*.

²⁴⁹ *Idem, Ibidem*.

²⁵⁰ *Idem, Ibidem*.

expandir este pensamento, escrevendo que aquele episódio, sendo real, está enquadrado no projeto de centralização do poder que temos vindo a mencionar e evidencia-se em si como um exemplo. Neste sentido, podemos igualmente escrever que toda esta reflexão sobre a qual a nossa incidiu a nossa análise é em si um exemplo e, por isso, tanto o Infante como D. Duarte, ao justificarem os motivos para a composição das suas obras, prezam a noção da clareza na escrita, que é o mesmo que a clareza na comunicação. O *exemplum* e a sua ênfase advêm da necessidade de orientação e educação, nomeadamente dos cortesãos, num sentido, e isso justifica a passagem deste pensamento pelos vários membros da família real.

“A Educação é uma função tão natural e universal da comunidade humana, que, pela sua própria evidência, leva muito tempo a atingir a plena consciência daqueles que a recebem e praticam (...) o seu conteúdo (...) é ao mesmo tempo moral e prático. (...) Da educação, neste sentido, distingue-se a formação do Homem por meio da criação de um tipo ideal intimamente coerente e claramente definido.”²⁵¹

Isto também é uma justificação para a existência de uma menção de D. Duarte ao livro do seu irmão:

“E o ifante dom Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmaao, de cujos feitos e vida muyto som contente, compôs o livro da virtuosa benfeitura e as ora da confissom.”²⁵²

Os irmãos analisam o que vêem em seu redor e evidenciam o que consideram como erros, fazendo um aproveitamento dos mesmos, em seu benefício. A utilização do erro como uma ferramenta para o projeto da coroa. Isto é uma evidência de pragmatismo que perpassa a singularidade e reveste a família real.

²⁵¹ JAEGER, Werner – *Paidéia: A formação do Homem Grego*, pp.23-24.

²⁵² Duarte, Rei de Portugal – *Leal Conselheiro*, p.110.

Considerações Finais

Em suma, o Infante D. Pedro é um ser enquadrado em todo um conjunto político e social, que soube tirar proveito da sua condição hereditária como forma a elevar-se em dignidade, poder e influência, fazendo uso de um conjunto de ferramentas que encontrou ao seu dispor, como a retórica e a tradução. Não foi um literato, mas um homem de governo, que do seu estudo tirou proveito, revelando-se como “o expoente que se traduz na conciliação perfeita entre o homem de ação e de pensamento”²⁵³.

Há uma importância da coroa, mas também daqueles que circundam a coroa e lhe estão ligados diretamente pelo sangue. Tanto o Infante D. Pedro como D. Duarte estiveram enquadrados no plano ideológico criado por D. João I, ajudando na sua concretização e consequente expansão. Portanto, conforme demonstrámos, o Duque de Coimbra não foi uma singularidade inovadora, mas uma continuação voluntariamente involuntária da tradição, ou seja, deu uma voluntária continuidade à exploração do uso do *Trivium*, utilizando a tradução como meio de aprofundar e desenvolver tal empreendimento, à semelhança não somente dos seus medievos antepassados, como também dos greco-romanos. Porém, a sua necessária capacidade de resolução de problemas e desvendador de soluções leva-nos a considerar o conjunto da sua ação como algo involuntariamente análogo à dos antigos egípcios, onde o termo intérprete seria atribuído aquele que teria a capacidade de colocação da ênfase na necessidade do ser ativo, atento à sua contemporaneidade, dinamicamente pensante e materializador do idealizado.²⁵⁴

Todo o seu movimento, o seu ímpeto, malgrado a sua morte em Alfarrobeira, levou o Infante D. Pedro a perdurar além morte na memória e no imaginário nacional, a ser enquadrado na chamada “íclita geração” dos príncipes de Avis, como favorecedores da difusão dos autores clássicos de cujo saber retórico e moral se tornou numa “fonte

²⁵³ MORENO, Humberto Baquero - O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra, p. 45.

²⁵⁴ COLE, Emily Christine Cooper – *Interpretation and Authority: the Social Functions of Translation in Ancient Egypt*, p. 85

de distinção social e factor de progresso protegido e desejado.”²⁵⁵ E assim, como que materializando o dizer de Tucídides:

“even if we should ever be forced to yield for everything that grows great also decays, the memory of our greatness will be bequeathed to posterity forever.”²⁵⁶

²⁵⁵ PEREIRA, Belmiro Fernandes - *Livros e Raras Edições de Clássicos Greco-latinos*, p.159.

²⁵⁶ THUCYDIDES, *The History of the Peloponnesian War* como citado em KAGAN, Donald (1991), *Pericles Of Athens And The Birth Of Democracy*, Free Press, United States of America, p. 9

FONTES IMPRESSAS

ALIGHIERI, Dante – *Convívio*. Lisboa: Guimarães Editores, 1992.

AQUINO, São Tomás de – *Do Governo dos Príncipes ao Rei de Cipro, Seguido do Opúsculo: Do Governo dos Judeus à Duquesa de Brabante*. Traduzido por Arlindo Veiga dos Santos. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937.

ARISTÓTELES – *Tratado da Política*. Lisboa: Europa-América, 2000.

CINTRA, Maria Adelaide Valle – *Livro de Soliloquio de Sancto Agostinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1957.

CÍCERO – Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram: O Qual Tornou em Linguagem o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Prefácio, Anotações e Glossário por Joseph M. Piel, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948.

DUARTE, Rei de Portugal – *Leal Conselheiro: O qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Ed. Crítica e Anotada, Org. por Joseph M. Piel. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942.

DUARTE, Rei de Portugal – *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Ed. Diplomática. Lisboa: Editorial Estampa, 1982

HOMERO – *Ilíada*. Trad. de Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2015 (Livros Cotovia), Lisboa. ISBN: 9789727951918

HOMERO – *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2015 (Livros Cotovia), Lisboa. ISBN: 9789727952502

OLIVEIRA, Fernando – *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lixboa: e[m] casa d'Germão Galharde, 1536.

PEDRO, Infante de Portugal – *Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*. 2º ed. Comemorativa dos Centenários com uma Introdução e Notas por Joaquim Costa. Porto: Imprensa Portuguesa, 1940.

PEDRO, Infante de Portugal – *Livro da Vertuosa Benfeytoria*. Ed. Crítica, Introdução e Notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1994. ISBN: 9789726161370.

VERA, Álvaro Ferreira de – *Orthographia, ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa: Com Hum Trattado de Memoria Artificial: Outro da Muita Semelhança, que Tem a Lingua Portuguesa com a Latina*. Lisboa: per Mathias Rodriguez, 1631.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Introdução Selecção e Notas de Alfredo Pimenta, Coleção Clássicos Portugueses: Trechos Escolhidos, Séculos XIII a XV – Prosa. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.

ESTUDOS

ARROJO, Rosemary – Fidelity and Gendered Translation. *TTR: Traduction, Terminologie, Rédaction*. Vol. 7, N° 2 (1994). pp. 147-163. DOI: <https://doi.org/10.7202/037184ar>.

BARBOSA, João Morais – A Teoria Política de Álvaro Pais no «SPECVLVM REGNVM»: Esboço duma Fundamentação Filosófico-Jurídica. Lisboa: *Separata do Boletim do Ministério da Justiça*, Nº 211,212 e 213 (1972).

CANTOR, Norman F. – *The Last Knight: The Twilight of the Middle Ages and the Birth of the Modern Era*. London: Free Press, 2004. ISBN: 9780743226882.

CARVALHO, Joaquim – *Obra Completa: História das Instituições e Pensamento Político (1930-1957)*. Vol. VI. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

CICERO – *On Old Age*. London: Arthur L. Humphrey, 1916.

CICERÓN – *De inventione: Selección, traducción de Alfonso de Cartagena*. Ed. María Isabel de Páiz Hernández. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2022. URI: <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcvb056>.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: O que Re-colheu Boa Memória*. Coleção Reis de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN: 9724234886.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: O que Re-colheu Boa Memória*. Coleção Reis de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008. ISBN: 9789727599677.

COLE, Emily Christine Cooper – *Interpretation and Authority: the Social Functions of Translation in Ancient Egypt*. Los Angeles: University of California, 2015. Tese de Douturamento.

COSTA, Dalila Pereira da – *Gil Vicente e sua Época*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.

COSTA, Paula Cristina – D'un cœur qui s'ennuie a uma alma viúva: Pessoa, poeta-tradutor de Verlaine. *Babilónia: Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*. Nº 02/03 (2005), pp. 57-68. URI: <http://hdl.handle.net/10437/416>.

DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith – *Translators through History*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. ISBN: 9789027216137.

DIAS, Pedro – O Infante D. Pedro e os Escultores e Pintores. Coimbra: *Separata de Biblos*. Vol. LXIX (1993).

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: Requiem por um Rei Triste*. Coleção Reis de Portugal. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN: 9724235882.

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: Requiem por um Rei Triste*. Coleção Reis de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. ISBN: 9789727599189.

DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. Porto: Edições ASA, 1997.

EVOLA, Julius – *Metaphysics of War: Battle, Victory & Death in the World of Tradition*. Reino Unido: Arktos, 2011. ISBN: 9781907166362011.

FAWCETT, Peter - Translation and Power Play. *The Translator*. Vol.1, Nº 2 (1995). pp. 177-192. DOI: <https://doi.org/10.1080/13556509.1995.10798956>.

FREITAS, Manuel de – Prólogo do Tradutor. In Rabelais, François - *Gargântua & Pantagruel*. Vol. I. Lisboa: E-Primatur, 2023. ISBN: 9789899130104

GARCÍA ALONSO, Juan Luis – *Whoever is not Greek is a Barbarian*. In *Identity(ies): A Multicultural and Multidisciplinary Approach*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022. DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1483-0_1. pp.9-26.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Col. Memória e Sociedade. Viseu: Difusão Editorial, 1995. ISBN: 9722903195.

GOMES, Saul António – Políticas Culturais de Tradução na Corte Portuguesa no Século XV. *Cahiers d'études hispaniques médiévales*. N°33 (2010). pp. 173-181. DOI: <https://doi.org/10.3406/cehm.2010.2239>.

HALLORAN, S. Michael – Aristotle's concept of ethos, or if not his somebody else's. *Rhetoric Review*. Vol. 1, No. 1 (1982). pp. 58-63. DOI: <https://doi.org/10.1080/07350198209359037>.

INILLA, José António Sabino; FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Maria Manuela – *O Discurso sobre a Tradução em Portugal: 1429-1818*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN: 9727720609.

JAEGER, Werner – *Paidéia: A formação do Homem Grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995. ISBN: 8533603282.

KURZ, Ingrid – The Rock Tombs of the Princes of Elephantine: Earliest References to Interpretation in Pharaonic Egypt. *Babel*. Vol.3, N°4 (1985). pp. 213-218. DOI: <https://doi.org/10.1075/babel.31.4.05kur>.

MACHADO, Diogo Barbosa Machado – *Bibliotheca Lusitana: Historica, Critica, e Cronologica*. Na qual se compreende a noticia dos authores portuguezes, e das Obras que se compuzeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo prezente. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rorigues, 1747.

MARADO, Catarina Almeida – A Presença Cisterciense no Espaço Urbano: O Caso de Antigo Convento das Bernardas de Tavira. *UBILETRAS*. ISSN: 1647709X. N°5 (2015), Covilhã, pp. 55-62.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. IV. Nova História de Portugal: Lisboa: Editorial Presença, 1986.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Das Origens ao Renascimento*. Vol. I. *História de Portugal*: Lisboa: Editorial Presença, 1997.

MOATTI, Claudia – Translation, Migration, and Communication in the Roman Empire: Three Aspects of Movement. *Classical Antiquity*. Vol.25, Nº1 (Abr. 2006). pp. 109-140. DOI:10.1525/ca.2006.25.1.109.

MONTEIRO, João Gouveia – Orientações da Cultura da Corte na 1ª metade do século XV: a Literatura dos Príncipes de Avis. *Vértice*. 2ª Série, Nº 5 (Agosto de 1988), pp. 89-103.

MOREIRA, Filipe Alves – Notas sobre a convivência de línguas em Portugal no século XV e a tradução da Crónica de Alfonso X. e-Spania [Online], 13 | juin 2012, posto online no dia 30 maio 2012, consultado o 20 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/21113>; DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.21113>.

MORENO, Humberto Baquero (1980) – *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*. Vol. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1980. Tese de Doutoramento.

MORENO, Humberto Baquero – O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra. Porto: *Separata da Revista de História* (Centro de história da Universidade do Porto). Nº 5 (1984).

MORENO, Humberto Baquero – *O Infante D. Pedro: Itinerários e Ensaio Históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997. ISBN:9729354170.

MUNDAY, Jeremy – Translation and Ideology: A Textual Approach. *The Translator*, Vol. 13, Nº 2, (2007). pp. 195-217. DOI: <https://doi.org/10.1080/13556509.2007.10799238>.

NIETZSCHE, Frederico – *A Genealogia da Moral*. Trad. Carlos José de Meneses. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1983.

OCHMAN, Katarzyna – Translation Criticism in Ancient Rome. Aulus Gellius, Attic Nights. *Przerkladaniec: A Journal of Literary Translation*. Special Issue (2013), pp. 71-86. DOI:10.4467/16891864ePC.13.038.1455.

PÉPIN, Jean – Helenismo e Cristianismo. In Châtelet, F. (dir.) - *A Filosofia Medieval do séc. I ao séc. XV*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

- PEREIRA, Belmiro Fernandes – Livros e Raras Edições de Clássicos Greco-latinos. *Mediævalia: Textos e Estudos*. Nº 27 (2008), pp.159-171. ISSN: 08720991.
- PIMENTEL, Antonio Marcos Gonçalves – *O Monge a Irmã e o Orto do Esposo*, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.
- PLATÃO – *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- RENEHAN, Robert – The Greek Anthropocentric View of Man. *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 85 (1987), pp. 239-259. DOI: <https://doi.org/10.2307/311176>.
- ROBINSON, Douglas – The Ascetic Foundations of Western Translatology: Jerome and Augustine. *Translation & Literature*. Vol. 1 (1992). ISBN: 0748603107.
- ROBINSON, Douglas – *Translation and Empire - Postcolonial Theories Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997. ISBN: 1900650088.
- ROBINSON, Douglas – *Western Translation Theory: From Herodotus to Nietzsche*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997. ISBN: 1900650002.
- ROGERS, M. Francis – *The Travels of Infante D. Pedro of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press, 1961.
- RUSSELL, Peter – *Traducciones y Traductores en la Península Ibérica (1400-1550)*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1984. ISBN: 8474881021.
- SHARP, Joseph Ethan Blaine – *Definitions and depictions of rhetorical practice in medieval English Fürstenspiegel*. Louisville: University of Louisville, 2022. Tese de Doutoramento.
- SOARES, Nais de Nazaré Castro – Um Ideal Humano: Política e Pedagogia no Renascimento Português. *Separata da Revista Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vols. 41-42 (1989-1990), pp. 121-155.
- SOUSA, Armindo – Regência do Infante D. Pedro (1439 a 1448). In Mattoso, José (org.) – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN: 972420636X.

STEPHENSON, Carl – *Medieval Feudalism*. New York: Cornell University Press, 1957.

TAPPAN, Eva March – *The World's Story: A History of the World in Story, Song and Art: Italy, France, Spain, and Portugal*. Vol. V. Boston: Houghton Mifflin, 1914.

TEKTIGUL, Zhanna et al. – Language is a Symbol System that Carries Culture.
International Journal of Society, Culture & Language. Vol. 11 (2023), pp. 204-214. DOI:
<https://doi.org/10.22034/ijsc.2022.562756.2781>.